



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Tradicionalmente, o encerramento do ano na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) é marcado por uma grande festa no pregão e em frente à sede da instituição, com balões e até queima de fogos. Muitas vezes, a festa serviu principalmente para elevar os ânimos após um exercício de dificuldades e parcas melhorias. Em 2005, porém, as comemorações foram mesmo para fechar, com chave de ouro, um período de 12 meses excepcionalmente favorável, que não será esquecido por pessoas e entidades como a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), há tantos anos se batendo pelo fortalecimento e expansão do mercado.

O mercado de capitais saiu de 2005 mais sólido, com maior porte e confirmando sua enorme capacidade de fornecer recursos às empresas que têm bons projetos de crescimento.

Em 2005, o mercado de renda variável movimentou o equivalente a quase US\$ 7 bilhões em novas emissões de ações em Bolsa. Balanço preliminar indica que, por intermédio do mercado, as empresas captaram R\$ 70,8 bilhões em recursos, um valor recorde. Foram R\$ 50,3 bilhões em debêntures, R\$ 17,0 bilhões em ações e R\$ 3,5 bilhões em notas promissórias. Somando-se as ofertas públicas iniciais, as secundárias e as mistas, chegou-se a 19 operações. Somente as ofertas iniciais foram nove. Passaram a integrar o universo de empresas com ações negociadas em bolsa as companhias Renar Maçãs, Submarino, Localiza, TAM, Energia do Brasil, OHL Brasil, Nossa Caixa, Cosan e UOL.

Como se pode observar, algumas destas empresas pertencem a setores tradicionais da economia e outras a segmentos que se expandiram graças às profundas mudanças de tecnologia verificadas nos últimos anos – é o caso das companhias Submarino e UOL, para ficar em apenas dois exemplos.

Isso significa que o mercado está sendo visto como uma fonte inteligente de recursos pelos controladores das empresas, não importa se elas participam de um setor com os pilares fincados na indústria e no comércio convencionais, não importa se fazem parte do admirável mundo novo inaugurado por tecnologias que se consolidaram nas duas últimas décadas. É bom lembrar que em 2004 sete empresas ingressaram no mercado, número que foi amplamente comemorado ao final daquele ano.

A expectativa da Abrasca é a de que, ao final de 2006, possamos mais uma vez falar em números inéditos, com mais empresas engrossando as fileiras das companhias abertas, usufruindo das vantagens de compor um grupo formado pelo que há de melhor na economia brasileira. Sabemos que temos pela frente meses que dificilmente gerarão os indicadores macroeconômicos na medida necessária ao desenvolvimento efetivo da nação.

Pelo menos por enquanto, nada nos autoriza a pensar em uma elevação do Produto Interno Bruto (PIB) que compense a frustração causada pelo comportamento da atividade econômica em 2005 – ano em que nos tornamos muito menos vulneráveis no *front* externo e no qual produzimos superávits invejáveis nas contas públicas, mas no qual, em contrapartida e para fazer tais *superávits*, a economia caminhou lentamente. As taxas de juros elevadas e a carga tributária esmagadora deixaram o País apenas marcando passo. Os escândalos na área política espalharam incertezas.

Por conta disso, projetos ou foram engavetados, ou tocados mais lentamente.

Neste quadro, o mercado de capitais mostrou seu valor e atraiu as empresas que, desejosas de investir e crescer, buscaram nele os recursos necessários à própria expansão, a despeito do quadro macroeconômico não tão animador. Exatamente por esta razão, mesmo quem não se atreve ao otimismo em relação a 2006, pode vislumbrar no mercado de capitais um oásis para os empreendedores de todos os segmentos.

Temos a convicção, ainda, de que poderemos contar, em 2006, com mais avanços na chamada governança corporativa. As entidades de mercado, entre elas a Abrasca e a Bovespa, têm envidado grandes esforços para que seus princípios sejam disseminados por todo o universo empresarial brasileiro. Os esforços apresentaram, em 2005, resultados de grande significado para a segurança do investidor, dos diferentes *players* do setor e do próprio ambiente econômico. A Abrasca tem buscado tratar do assunto com profundidade, para evitar que a adoção de conceitos inadequados, nascidos das especificidades de empresas estrangeiras, e não das nossas, prejudiquem o desempenho das companhias abertas brasileiras – por conta disso, aliás, editou a publicação “Governança Corporativa: a visão da Abrasca,” que foi lançada em seminário realizado na PUC/RJ e distribuída em mala direta.

Inegavelmente, em 2005 caminhamos mais rumo à melhora da estrutura normativa do mercado, porém também tivemos de terçar armas contra regras que podem representar sérios obstáculos no caminho das empresas e de toda a atividade econômica.

É o caso dos Juros do Capital Próprio, um instrumento que permite dar o mesmo tratamento aos recursos próprios e aos recursos provenientes de dívidas. Este instrumento, de tão grande valia, está sob risco devido a uma lamentável combinação de equívocos contidos nas Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e do Decreto nº 5.442, de 09 de maio de 2005, que levou à hipercumulatividade tributária para os acionistas pessoas jurídicas nacionais, decorrente da incidência cumulativa, sobre os Juros do Capital Próprio, de alíquotas de 7,6% e 1,65% aplicáveis, respectivamente, ao PIS e à COFINS.

Desta forma, sobre cada pagamento de juros do capital próprio em uma cadeia societária, recai cobrança de 9,25% de PIS e COFINS, sem que isso resulte em crédito tributário. No caso de uma empresa com participação imediata em outra, o custo dos juros remuneratórios fica em 24,25%. Se entre a beneficiária final e a pagadora existir dois elos de cadeia societária, o encargo somará 33,50%. Um conglomerado com seis elos na cadeia societária pode chegar ao final deste processo com custo de 70,5%.

Trata-se, sem sombra de dúvidas, de um incentivo ao endividamento. Daí o trabalho intenso da Abrasca e demais entidades, desenvolvido em 2005 e que vai continuar, no sentido de reverter este quadro.

A Abrasca também atuou fortemente – e igualmente permanecerá neste front em 2006 – em relação à responsabilização de sócios e administradores, adotada por juízes com base na figura conhecida como “desconsideração da personalidade jurídica”. As empresas estão apreensivas com o uso indiscriminado desta figura, agravado com a falta de aviso ao interessado, que muitas vezes somente fica sabendo que foi responsabilizado em um caso, respondendo com seus bens, na fase de execução da ação. Uma subcomissão foi criada pela Abrasca, no âmbito de sua Comissão Jurídica (Cojur), para analisar o assunto. Examina-se a possibilidade de um seminário com juízes dos tribunais superiores, além de amplo esforço de disseminação do posicionamento das companhias abertas sobre o tema.

A defesa da concorrência igualmente mereceu muito empenho da Abrasca, em 2005. Por intermédio de suas comissões técnicas, a entidade acompanhou – e, é claro, continuará a fazê-lo – a evolução da reestruturação do Cade, de importância vital para as empresas, que se ressentem dos gargalos e dificuldades que podem ser criados por uma solução inadequada em casos de fusões e aquisições. Assim, com base em estudos de suas comissões técnicas, a Abrasca apresentou diversas sugestões para aprimorar o projeto de reestruturação do órgão.

Recebeu ainda grande atenção da Abrasca, em 2005, o mercado secundário de títulos privados de dívida corporativa. Um bem estruturado mercado destes títulos representa, para as empresas, fonte de captação de recursos para o financiamento de suas atividades, a custos mais baixos. A entidade, portanto, participou ativamente de grupo de trabalho que estudou medidas para elevar a liquidez desses títulos nos mercados. Entre as sugestões apresentadas estiveram a criação da debênture simplificada e a adoção de mudanças na tributação dos rendimentos periódicos de títulos de renda fixa.

O ano também foi de trabalho intenso em favor da harmonização das normas contábeis brasileiras às adotadas no exterior, principalmente porque cresce o número de companhias do País com papéis negociados em bolsas estrangeiras. A Abrasca acompanha a tramitação do Projeto de Lei nº 3741/00, que introduz alterações na parte contábil da Lei das S.A., e participou, com recomendações e sugestões, de todo o processo que resultou na criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade. A Abrasca integrará o CPC, que será o órgão incumbido do estudo, preparo e emissão de pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de contabilidade, de modo a permitir a edição de normas que levem em conta a convergência com os padrões internacionais.

Ao longo do ano, a Abrasca promoveu eventos destinados ao aprimoramento do mercado. Pode-se destacar o 7º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, que reuniu, em dois dias de palestras e debates, cerca de 600 participantes; o 7º Prêmio Abrasca, que concedeu distinção aos melhores relatórios anuais apresentados por companhias abertas e fechadas; e o 3º Brazil Day, em Nova York, com a presença do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, e a apresentação, aos investidores internacionais, em painéis, de 33 grandes companhias abertas brasileiras.

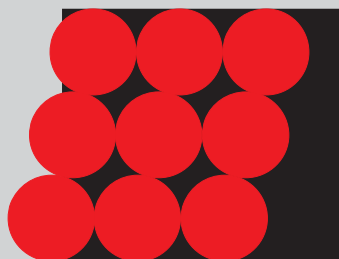
Um dos orgulhos da Abrasca, em 2005, e que terá seqüência a cada período de 12 meses, foi o lançamento, em maio, do Anuário Estatístico das Companhias Abertas, ferramenta de consulta indispensável a todos os que labutam no mercado ou se interessam pelo assunto. Inexistia no Brasil publicação que reunisse, de forma sistemática, as muitas informações relativas às empresas de capital aberto e ao mercado de ações. A publicação cobre um período de 10 anos. A Abrasca contratou para elaborá-lo a RC Consultores, empresa de Paulo Rabelo de Castro, um dos mais experientes economistas do País. A atualização será anual e novos grupos de informações enriquecerão a obra sempre que necessário. É uma fonte de consulta essencial.

A expectativa na Abrasca é de que todo o empenho colocado no cumprimento da nossa missão seja coroado de êxito e que o êxito de 2006 seja muito superior ao de 2005 para o mercado de capitais. E que este êxito “contamine” a economia brasileira.

CONSELHO DIRETOR E DIRETORIA DA ABRASCA 2005/2007

CONSELHO DIRETOR

AGUINALDO DINIZ FILHO Cia. Fiação e Tecidos Cedro Cachoeira	JOÃO PINHEIRO NOGUEIRA BATISTA Suzano Holding S.A.	OSVALDO BURGOS SCHIRMER Metalúrgica Gerdau S.A.
ALDO VINCENZO BERTOLUCCI Pirelli S.A.	JORGE HILÁRIO GOUVÊA VIEIRA Caemi Mineração e Metalurgia S.A.	OTÁVIO MALUF Eucatex S.A. Indústria e Comércio
ALFREDO EGYDIO SETUBAL Banco Itaú S.A.	JOSÉ ANTONIO GOULART DE CARVALHO Eucatex S.A. Indústria e Comércio	PAUL ELIE ALTIT Braskem S.A.
ALFRIED KARL PLÖGER Cia. Melhoramentos de São Paulo	JOSÉ FERNANDO MONTEIRO ALVES Conselheiro Honorário	PAULO CEZAR ARAGÃO Kuala S.A.
ÁLVARO BRITO BEZERRA DE MELLO Hotéis Othon S.A.	JOSÉ LUCAS FERREIRA DE MELO Unibanco S.A.	PAULO PENIDO PINTO MARQUES Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas
ANTONIO DUARTE CARVALHO DE CASTRO Souza Cruz S.A.	JOSÉ LUIZ ACAR PEDRO Banco Bradesco S.A.	PAULO SÉRGIO COUTINHO GALVÃO FILHO Klabin S.A.
ANTONIO JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS Telemig S.A.	JOSÉ MARCOS TREIGER Conselheiro Honorário	PAULO SETUBAL NETO Itaúsa Investimentos Itaú S.A.
AYRTON FURIANI GIRÃO Conselheiro Honorário	JOSÉ MARIA SOARES La Fonte Participações S.A.	PLÍNIO DO AMARAL PINHEIRO Duratex S.A.
BERNARDO SZPIGEL Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A.	JOSÉ ROBERTO MENDES DA SILVA Bardella S.A. Indústrias Mecânicas	RAUL PENTEADO DE OLIVEIRA NETO Duratex S.A.
CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI La Fonte Participações S.A.	JOSUÉ CHRISTIANO GOMES DA SILVA Cia. de Tecidos do Norte de Minas – Coteminas	RENEU ALBERTO REIS Forjas Taurus S.A.
EDUARDO JORGE JOSÉ DE MACEDO Melpaper S.A.	JULIO CESAR MARQUES FERNANDES Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga	RICARDO DEL GUERRA PERPÉTUO Telemig S.A.
ELIZABETH PIOVEZAN BENAMOR Souza Cruz S.A.	LÉLIO LAURETTI Conselheiro Honorário	RICARDO JOSÉ BULLARA Varig S.A. Viação Aérea Rio-Grandense
EMÍLIO SALGADO FILHO Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A.	LEOCÁDIO DE ALMEIDA ANTUNES FILHO Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga	RICARDO LACAZ MARTINS Lacaz Martins, Halembeck, Pereira Neto, Rubenstein, Gurevich & Schoueri Advogados
EVANDRO CÉSAR CAMILLO COURA Caiuá Serviços de Eletricidade S.A.	LEONARDO STERNBERG STARZYNSKI Cia. Melhoramentos de São Paulo	ROBERTO CASTELLO BRANCO Cia. Vale do Rio Doce
FLAVIO RIET CORRÊA Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A.	LEONARDO DUTRA DE MORAES HORTA Cia. Siderúrgica de Tubarão – CST	ROBERTO TERZIANI Telemar S.A.
FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER Gerdau S.A.	LUIZ FERNANDO COSTA ESTIMA Forjas Taurus S.A.	ROBERTO FALDINI Conselheiro Honorário
GABRIEL STOLIAR Cia. Vale do Rio Doce	LUIZ ANÍBAL DE LIMA FERNANDES Acesita S.A.	RODRIGO KRAUSE DOS SANTOS ROCHA Metalúrgica Gerdau S.A.
GERALDO TOFFANELLO Gerdau S.A.	LUIZ FERNANDO AMARAL HALEMBECK Lacaz Martins, Halembeck, Pereira Neto, Rubenstein, Gurevich & Schoueri Advogados	SÉRGIO DE OLIVEIRA Banco Bradesco S.A.
GILBERTO TAMM BARCELLOS CORREA Conselheiro Honorário	LUIZ FERNANDO SARCINELLI GARCIA Conselheiro Honorário	STEFAN ALEXANDER Globo Comunicações e Participações S.A.
HENRIQUE PEREIRA CARNEIRO JÚNIOR Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A.	LUIZ GONZAGA MURAT JR. Sadia S.A.	THOMAS CORNELIUS AZEVEDO REICHENHEIM La Fonte Telecom S.A.
ISAC R. ZAGURY Aracruz Celulose S.A.	LUIZ LEONARDO CANTIDIANO Motta, Fernandes Rocha & Associados – Advogados	THOMAS RICARDO AUERBACH Dixiê Toga S.A.
IVAN MÜLLER BOTELHO Cia. de Força e Luz Cataguazes – Leopoldina	LUIZ SERAFIM SPÍNOLA SANTOS Melpaper S.A.	THOMÁS TOSTA DE SÁ Mangels Industrial S.A.
JEFFREY COPELAND BRANTLY Monteiro Aranha S.A.	MAURO ERNANDES DE MORAES Pirelli S.A.	VICTÓRIO FERNANDO BHERING CABRAL Conselheiro Honorário
JOÃO BATISTA DA CUNHA BOMFIM Cia. de Tecidos do Norte de Minas – Coteminas	MAURO MOLCHANSKY Conselheiro Honorário	WANG WEI CHANG Perdigão S.A.
JOÃO COX NETO Conselheiro Honorário	MORVAN FIGUEIREDO PAULA E SILVA Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.	WILSON K. AMARANTE Caiuá Serviços de Eletricidade S.A.

**DIRETORIA****PRESIDENTE**

ALFRIED KARL PLÖGER
Cia. Melhoramentos de São Paulo

1º VICE-PRESIDENTE

ANTONIO DUARTE CARVALHO DE CASTRO
Souza Cruz S.A.

VICE-PRESIDENTES

FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER
Gerdau S.A.

IVAN MÜLLER BOTELHO
Cia. Força Luz Cataguazes – Leopoldina

PAULO SETUBAL NETO
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.

DIRETORES

LUIS FERNANDO COSTA ESTIMA
Forjas Taurus S.A.

MORVAN FIGUEIREDO PAULA E SILVA
Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A

OSVALDO BURGOS SCHIRMER
Metalúrgica Gerdau S.A.

PAULO CEZAR ARAGÃO
Kuala S.A.

PAULO SÉRGIO COUTINHO GALVÃO FILHO
Klabin S.A.

PLÍNIO DO AMARAL PINHEIRO
Duratex S.A.

ROBERTO TERZIANI
Telemar S.A.

THOMÁS TOSTA DE SÁ
Mangels Industrial S.A.

WANG WEI CHANG
Perdigão S.A.

SUPERINTENDENTE GERAL

EDUARDO LUCANO DOS REIS DA PONTE

COMISSÕES TÉCNICAS**COMEC – COMISSÃO DE MERCADO DE CAPITAIS**

RODRIGO KRAUSE DOS SANTOS ROCHA
Presidente

ELIZABETH PIOVEZAN BENAMOR
Vice-Presidente

COJUR – COMISSÃO JURÍDICA

RICARDO LACAZ MARTINS
Presidente

HENRIQUE PEREIRA CARNEIRO JÚNIOR
Vice-Presidente

CANC – COMISSÃO DE AUDITORIA E NORMAS CONTÁBEIS

ARTHUR ALEXANDRE DOS SANTOS
Presidente

ANTONIO LUIZ SARNO
Vice-Presidente

COMISSÃO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

LUIZ SERAFIM SPÍNOLA SANTOS
Presidente

RODRIGO KRAUSE DOS SANTOS ROCHA
Vice-Presidente

COMISSÃO DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA

THOMÁS TOSTA DE SÁ
Presidente

REPRESENTAÇÕES DA ABRASCA

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA
FINANCEIRO NACIONAL (CRSFN)
JOÃO COX NETO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA BOLSA
DE VALORES DE SÃO PAULO (BOVESPA)
MORVAN FIGUEIREDO PAULA E SILVA
THOMAS RICARDO AUERBACH

COMISSÃO DE ABERTURA DE CAPITAL (BOVESPA)
LUIZ SERAFIM SPÍNOLA SANTOS

CONSELHO DE AUTO REGULAÇÃO
DO MERCADO DE CAPITAIS (ANBID)
LUIZ GONZAGA MURAT JR.
LUIZ SERAFIM SPÍNOLA SANTOS

COMISSÃO CONSULTIVA DE
NORMAS CONTÁBEIS (CVM)
ARTHUR ALEXANDRE DOS SANTOS FILHO
ANTONIO LUIZ SARNO

COMITÊ CONSULTIVO DE EDUCAÇÃO (CVM)
ANTONIO DUARTE CARVALHO DE CASTRO
ROBERTO TERZIANI

INSTITUTO BRASILEIRO DE MERCADO
DE CAPITAIS (IBMEC)
ALFRIED KARL PLÖGER

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRIVATE EQUITY
& VENTURE CAPITAL (ABVCAP)
THOMÁS TOSTA DE SÁ

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES
COM INVESTIDORES (IBRI)
WILSON K. AMARANTE

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE
INFORMAÇÕES AO MERCADO DE CAPITAIS (CODIM)
VALTER FÁRIA
JOSÉ MARCOS TREIGER

INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIDORES (INI)
LUIZ SERAFIM SPÍNOLA SANTOS

BLINDAGEM CONTRA AUMENTO DE TRIBUTOS NO PROJETO QUE ALTERA A PARTE CONTÁBIL DA LEI DAS S.A.

A alteração da Lei 6404, que permite a harmonização das normas contábeis brasileiras às adotadas no exterior, torna-se uma necessidade mais urgente na medida em que cresce o número de companhias do País com papéis negociados em bolsas estrangeiras. A Abrasca acompanha a tramitação do Projeto de Lei nº 3741/00, que introduz alterações na parte contábil da Lei das S.A., e participou, com recomendações e sugestões, de todo o processo que resultou na criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), solucionado no referido PL, recentemente aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade. A Abrasca integra o CPC, que será o órgão incumbido do estudo, preparo e emissão de pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de contabilidade, de modo a permitir a edição de normas que levem em conta a convergência com os padrões internacionais.

Sobre a composição do CPC, a Abrasca sugeriu que, devido ao fato de que há uma infinidade de empresas fechadas que não estariam representadas pelos integrantes do CPC na sua atual composição, a CNI e a Febraban deveriam ser acrescentadas às entidades constituidoras.

Sobre o PL 3741/00, o presidente da Abrasca compareceu à Audiência Pública acontecida no dia 12/05 na Câmara dos Deputados. Na oportunidade, o presidente discorreu sobre posição da Abrasca, resumida nos seguintes 4 pontos fundamentais, quais sejam:

- 1) blindagem tributária dentro da lei;
- 2) comitê de padrões contábeis paritário;
- 3) não obrigatoriedade de publicação, em diários oficiais, dos balanços de companhias abertas;
- 4) não obrigatoriedade de publicação de balanços das companhias fechadas.

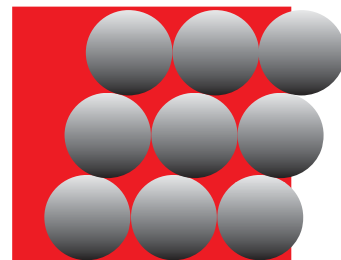
No final do ano, foi divulgado o relatório do relator do PL em questão, acompanhado do respectivo substitutivo, que inclui as duas mais importantes sugestões da Abrasca: a blindagem tributária e a não obrigatoriedade de publicação, em diários oficiais, dos balanços das companhias abertas.

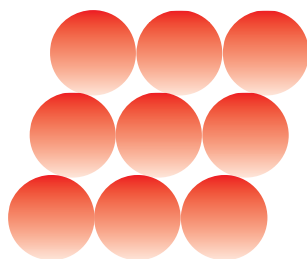
GOVERNANÇA CORPORATIVA: A VISÃO DAS COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS

A governança corporativa foi tratada, na Abrasca, com muito cuidado e profundidade, para evitar que a adoção de conceitos inadequados, nascidos das especificidades de mercados estrangeiros, e não das nossas, prejudique o desempenho das companhias abertas brasileiras. Assim, foi criado um Grupo de Trabalho que produziu, após debates e consultas inclusive com as demais instituições do mercado, a publicação "Governança Corporativa: a visão das companhias abertas," lançada em seminário realizado na PUC/RJ e distribuída em mala direta para todas as associadas e outros públicos.

Basicamente, a interpretação da Abrasca é de que, na escolha das práticas de governança corporativa que pretende adotar, cada empresa considere sua experiência única de vida produtiva e sua cultura acumulada nos anos como agente econômico, aliada ao fato de que sua responsabilidade social suprema é obter os resultados positivos que vão recompensar todas as partes interessadas que com ela interagem, tais como os acionistas, os empregados e suas famílias, os fornecedores, os governos (federal, estadual e municipal), enfim, toda uma comunidade.

Assim sendo, as empresas devem incorporar as boas práticas que contribuam para agregar valor ao negócio, tanto no curto como no longo prazo. Às bases comuns que sustentam o





arcabouço da governança, a saber a transparência, a prestação de contas, a equidade e a sustentabilidade, a Abrasca incluiu mais uma, que é a meritocracia, ou seja, a necessidade de escolher administradores por critérios de competência, integridade e alinhamento com os valores da própria empresa.

A visão da Abrasca sobre governança se diferencia dos demais códigos elaborados, uma vez que sua intenção é gerar princípios norteadores para que cada companhia aplique à sua realidade. Assim, na elaboração do documento, foram deixados de lado procedimentos meramente administrativos e práticas de transparência, que, apesar de terem importância, são conceitos mutáveis e conseqüentemente secundários no equacionamento da questão principal, que é o exercício do poder nas sociedades por ações.

POR UM SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA ÁGIL E TÉCNICO

Um sistema de defesa da concorrência ágil e técnico é vital para os processos de reestruturação empresarial, ou seja, para o desenvolvimento das companhias, que se ressentem dos gargalos e dificuldades que podem ser criados por uma solução inadequada em casos de fusões e aquisições.

Por isso, através de suas comissões técnicas, a Abrasca acompanhou a evolução da reestruturação do Cade, que é uma iniciativa do Executivo, através de mensagem enviada ao Congresso Nacional com o projeto de reforma do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), alterando a Lei 8.884/94 e trazendo mudanças profundas na estrutura e na forma de atuação dos órgãos de defesa da concorrência.

A posição da Abrasca, resultante de estudos realizados no âmbito da COJUR e aprovada pelo Conselho Diretor, centra-se na defesa de quatro pontos: 1) criação de um sistema misto de submissão ao Sistema, de modo que possa haver opção pela submissão prévia ou "a posteriori"; 2) a unificação dos órgãos com atribuições de defesa da concorrência, para desburocratizar processos; 3) seleção rigorosa dos critérios para a submissão de assuntos ao Sistema, de modo a concentrar sua atuação nas condutas infrativas à ordem econômica; e 4) aperfeiçoamento das regras para o sigilo das informações, compatibilizando-as com as necessidades da ampla defesa.

No dia 29 de julho de 2005, foi realizado, em São Paulo, pelo Instituto Trevisan, um seminário sobre a "Reestruturação do Sistema de Defesa da Concorrência: Impactos da Lei 8884", ocasião em que a posição da Abrasca foi apresentada ao plenário, que contava com as presenças, entre outros, de Daniel Goldberg, secretário de Direito Econômico (SDE), e de Elizabeth Maria Mercier Querido Farina, presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

AÇÕES CONTRA A INCIDÊNCIA DE PIS/COFINS SOBRE OS JUROS DO CAPITAL PRÓPRIO

No correr do ano de 2005, a Abrasca desenvolveu grande esforço em prol da redução a zero da alíquota do PIS/COFINS incidente sobre os juros do capital próprio, já que as modificações no PIS e na COFINS para eliminar a cumulatividade dessas contribuições resultou em hipercumulatividade tributária para os acionistas pessoas jurídicas nacionais, pois sobre cada pagamento de juros do capital próprio em uma cadeia societária, recai cobrança de 9,25%.

O presidente da Abrasca, Alfred Plöger, e o superintendente geral, Eduardo Lucano da Ponte, compareceram, em Brasília, a uma audiência com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan. Na mesma oportunidade, estiveram também com o deputado Armando Monteiro Neto, presidente da CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Em ambos os encontros, o objetivo era relatar a situação criada com a incidência do PIS e da COFINS sobre os juros do capital próprio. Na oportunidade, com base em estudo feito pela Abrasca, foi ressaltado o fato de que, se essa situação não for alterada, poderá acarretar a desorganização da estrutura societária de grandes empresas brasileiras e representar a punição do capital próprio, favorecendo o endividamento.

O superintendente geral da Abrasca, Eduardo Lucano da Ponte, esteve em Brasília para uma audiência com o deputado Custódio Matos (PSDB/MG), relator da MP 252, a chamada MP do bem, cujo objetivo foi prestar esclarecimentos sobre as duas emendas, apresentadas pelo deputado Ronaldo Dimas (PSDB/TO), que buscam eliminar a injusta incidência tributária representada por PIS e COFINS, sobre os juros do capital próprio.

Como está, o quadro é de incentivo ao endividamento e não à capitalização. A empresa nacional fica em desvantagem em relação às estrangeiras e há o risco de empresas brasileiras transferirem holdings para o exterior, de maneira a escapar da injustiça tributária.

A edição do decreto nº 5.164, de 30/07/2004, modificando a Lei nº 10.865/04, representou um retrocesso na legislação tributária aplicável ao mercado de capitais, na medida em que grava mais pesadamente os recursos investidos nas empresas pelos acionistas em relação aos recursos provenientes de dívidas. Rompe, assim, um tratamento tributário mais justo, introduzido com a Lei nº 9.249/95, que pôs um termo à discriminação contra os recursos dos acionistas.

A Abrasca, desde o primeiro momento de promulgação da Lei nº 10.865/04, tem mobilizado seus esforços para ampliar os estudos sobre o assunto e alertar para os resultados negativos para o País.

A Abrasca iniciou, no final do ano, a realização de uma pesquisa, junto às associadas, para obter dados concretos sobre o pagamento dos juros do capital próprio, que possam reforçar nossa argumentação junto ao público e às autoridades.

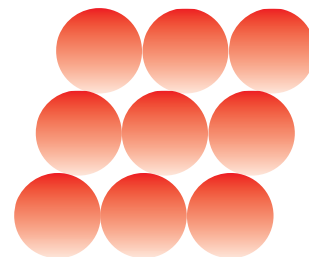
SUCESSO E FORTE APOIO NA EDIÇÃO DO ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA ABRASCA 2005

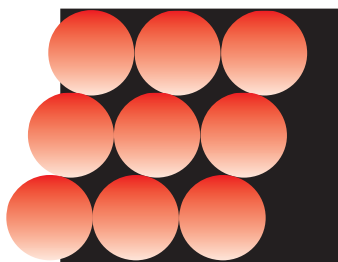
O anuário é uma iniciativa inédita da Abrasca, que visa fortalecer a imagem das companhias abertas perante líderes de opinião. A publicação será fonte de consulta para empresas, analistas e investidores, nacionais ou estrangeiros, e evidencia a contribuição das companhias na formação da riqueza nacional.

A Abrasca procurou também ajudar analistas, investidores e jornalistas, com o lançamento de uma ferramenta para todos os interessados no mercado de ações e nos vários segmentos a ele ligados: o Anuário Estatístico das Companhias Abertas, em edição bilingüe. Não existia no Brasil uma publicação que reunisse, de forma sistemática, as muitas informações relativas às empresas de capital aberto e ao mercado de ações. A publicação cobre um período de 10 anos e para fazê-la a Abrasca contratou a RC Consultores, empresa de Paulo Rabelo de Castro, um dos mais experientes economistas do País. Anualmente, será atualizada e enriquecida com novos grupos de informações.

A publicação foi lançada no dia 10 de junho, durante um almoço no Hotel Gran Meliá Mofarrej, em São Paulo, para o qual foram convidados representantes da mídia nacional. Na oportunidade, o presidente da entidade, Alfried Plöger, citou alguns dados consolidados das 455 empresas analisadas, como as receitas líquidas que totalizaram R\$ 420 bilhões, o que significou um crescimento real de 4,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Quando comparada ao PIB de 2004, recém recalculado pelo IBGE, a receita líquida total do grupo de empresas pesquisado monta 25% do Produto. O grupo de empresas abertas selecionado como amostra para o anuário contribuiu diretamente com 10% da formação





da riqueza nacional – PIB – ao longo de 2004, cerca de R\$ 170 bilhões de reais, montante que não considera os efeitos positivos sobre a geração de impostos e de receitas das empresas de capital fechado.

O Anuário teve grande receptividade junto à imprensa, lideranças do mercado de capitais e entre as próprias companhias associadas.

ABUSO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

A Abrasca também tem atuado em relação à responsabilização de sócios e administradores, adotada por juízes com base na figura conhecida como “desconsideração da personalidade jurídica”, o que tem causado apreensão nas empresas. Teme-se o uso indiscriminado desta figura e, também, a falta de notificação ao interessado, que toma conhecimento do caso, muitas vezes, quando tem suas contas bancárias sob bloqueio. A Abrasca criou uma sub-comissão, no âmbito de sua Comissão Jurídica (Cojur), para analisar o assunto.

Entre as medidas em exame, está a realização de um seminário internacional com juízes dos tribunais superiores, complementado por amplo esforço de disseminar o posicionamento das companhias abertas sobre o tema.

A responsabilidade dos administradores, acionistas, sócios e, até mesmo, ex-sócios em relação à empresa em crise tem sido confundida pelo Judiciário, que mostra exagero ao buscar no patrimônio pessoal desses gestores a solução para a inadimplência da organização. O gestor, sócio ou acionista só pode ser responsabilizado e ter seus bens penhorados quando for comprovado o seu envolvimento em irregularidades. Do contrário, eles não podem responder pela dívida da sociedade.

O Código Civil diz que, quando a pessoa jurídica encobre alguma prática ilegal, caracterizada pelo desvio de finalidade, o juiz pode desconsiderar a personalidade jurídica para tentar alcançar os bens daquelas pessoas prejudicadas.

A utilização indevida e indiscriminada do instrumento jurídico da “Desconsideração” vem se tornando uma fonte de problemas para sócios, administradores, membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e Comitês de Auditoria, o que pode dificultar e aumentar os custos de recrutamento de altos dirigentes.

Não obstante o acima exposto, a entidade não é contrária ao uso do instrumento, desde que corretamente utilizado, ou seja, como previsto na legislação em vigor. A tentativa da Abrasca não é mudar a lei e sim fazer com que ela seja bem aplicada.

A Abrasca levou o assunto à consideração do Comitê Executivo do Plano Diretor do Mercado de Capitais, que o incluiu no seu Plano de Ação. Como decorrência, estão colaborando com o projeto a BOVESPA, ABVCAP, ABRAPP, ANBID, CNI, FEBRABAN, FIESP e IBGC.

7º PRÊMIO ABRASCA PARA OS MELHORES RELATÓRIOS ANUAIS

No dia 04 de outubro de 2005, foi realizada a cerimônia de entrega do 7º Prêmio Abrasca de melhor relatório anual referente ao ano de 2004.

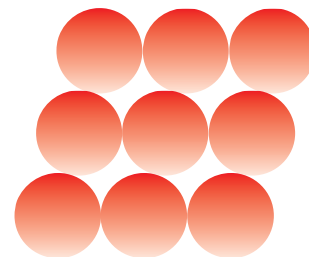
O Prêmio Abrasca é uma das iniciativas vitoriosas da Abrasca e deve ser ressaltado pelo seu aspecto educativo e pela sua capacidade de disseminar valiosos conceitos, rotinas e procedimentos em proveito das companhias abertas e fechadas que valorizam o relatório anual como um excepcional canal de comunicação com todos os seus públicos.

Neste ano de 2005, concorreram 63 companhias abertas e 9 fechadas, num total de 72. No ano anterior tivemos 75 inscritas e, em 2003, 70.

O Prêmio Abrasca manteve sua característica de iniciativa de caráter educacional, que busca elevar a qualidade dos relatórios anuais produzidos no Brasil. Além disso, como um importante produto colateral, ele cria “expertise” entre os profissionais que são indicados para a Comissão Julgadora e amplia o mercado para as empresas e consultorias que se especializaram nesse tipo de veículo de comunicação.

Foram escolhidos pela Comissão Julgadora os seguintes relatórios anuais:

- Na categoria companhias abertas;
 - Perdigão S.A. (1º lugar),
 - Suzano Bahia Sul Papel e Celulose (2º lugar),
 - CPFL Energia (3º lugar),
 - Natura S.A. (4º lugar) e
 - CSN (5º lugar).
- Na categoria companhias fechadas:
 - Camargo Corrêa S.A. (1º lugar) e
 - Petroquímica Triunfo S.A. (2º lugar).



7º ENCONTRO NACIONAL DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES E MERCADO DE CAPITAIS – MAIOR EVENTO DO SETOR NA AMÉRICA LATINA

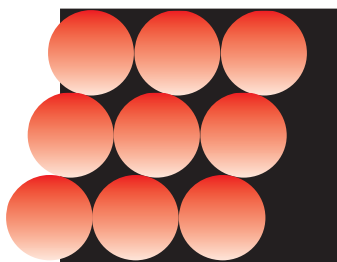
Nos dias 13 e 14 de junho de 2005, no Hotel Gran Meliá Mofarrej, em São Paulo, ocorreu o 7º Encontro Nacional, uma realização conjunta do IBRI e da ABRASCA, com a presença de mais de 500 participantes.

A abertura do evento foi feita pelo ministro Luiz Fernando Furlan, que foi presidente da Abrasca no período de 1993 a 1997, ficando a cargo do presidente da CVM, Marcelo Trindade, o encerramento.

A liquidez no mercado de capitais, as mais recentes experiências práticas e as principais ferramentas disponíveis aos profissionais de Relações com Investidores marcam o foco dos debates do 7º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, que reuniu especialistas, profissionais, representantes do governo e de órgãos reguladores, dirigentes do mercado e das principais companhias abertas. O encontro é o maior do gênero realizado na América Latina e apresentou uma agenda de discussões voltada para os temas essenciais ao desenvolvimento do mercado e que estão no centro das atenções neste momento de importantes definições para a democratização e a ampliação de negócios no mercado acionário. As palestras e debates enfocaram, entre outros temas, as novas oportunidades para avançar em aspectos como a governança corporativa utilizando os meios virtuais – intranet –, a expansão acelerada do número de clubes de investimento e seu impacto no aumento da liquidez do mercado local, o papel cada vez mais estratégico desempenhado pelos formadores de mercado e a importância de um mercado com alta liquidez do ponto de vista do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), entre outros.

BRAZIL DAY 2005 EM NOVA IORQUE COM 308 PARTICIPANTES

Com a presença de 33 companhias e 308 participantes, a terceira edição do Brazil Day sinaliza um momento importante para o mercado de capitais brasileiro. O evento, realizado no dia 14 de novembro, em Nova York, é uma vitrine para as empresas interessadas em atrair recursos externos.



Transparência e tratamento detalhado das informações são essenciais para satisfazer a demanda desse diversificado grupo de investidores em busca de conhecimento sobre o desempenho, evolução e perspectivas concretas das companhias brasileiras.

O Brazil Day 2005 foi organizado pela Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas), Apimec (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais), Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) e IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores).

As seguintes empresas participaram do Brazil Day 2005, em painéis setoriais e debatendo com os presentes: Aracruz, Banco do Brasil, Banco Itaú Holding Financeira; Bradesco, Braskem, Cemig, CPFL Energia, CSN, CST, Ecorodovias, Eletrobrás, Energias do Brasil, Gerdau, Localiza, Natura, NET, Pão de Açúcar, Petrobras, Petroquímica União, Sabesp, Suzano Papel e Celulose, Suzano Petroquímica, Telemar, TIM, Unibanco, Usiminas e VCP Votorantim Celulose e Papel.

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, abriu o evento com um panorama da economia brasileira e os avanços do mercado. A Bovespa e a Comissão de Valores Mobiliários detalharam a eficiência operacional e os marcos regulatórios que permitiram expressiva presença dos investidores estrangeiros nas recentes colocações de ações.

A participação das empresas, agrupadas por setores, foi estruturada em oito painéis, sendo que um deles foi dedicado exclusivamente às empresas que chegaram ao mercado em 2004 e 2005: Ecorodovias, Localiza e Natura.

Os demais painéis cobriram setores da economia considerados como potenciais captadores de recursos externos a partir de 2006: Bancos, Papel e Celulose, Eletricidade/Serviços Públicos, Petroquímica e Petróleo, Siderurgia, Telecomunicações e Varejo e Distribuição.

CRÍTICAS AO ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A Abrasca recebeu, com ressalvas, a criação do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial, iniciativa da BOVESPA com financiamento do IFC e serviços técnicos contratados à FGV/SP para a elaboração dos critérios.

Por ocasião da audiência pública do questionário base, para ser enviado às empresas, o assunto foi debatido na COMEC, com ênfase nos seguintes pontos que estavam provocando controvérsias: a exclusão de empresas do Índice, a transparência na metodologia e nos critérios de pontuação.

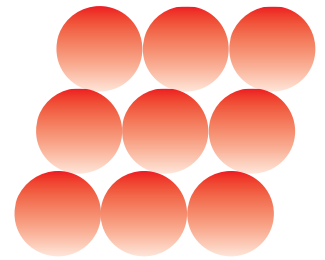
PARTICIPAÇÃO DA ABRASCA NAS ATIVIDADES DO PLANO DIRETOR DO MERCADO DE CAPITAIS

A Abrasca participou ativamente das atividades ligadas ao Plano Diretor do Mercado de Capitais, que levaram à divulgação do Balanço do Plano Diretor 2005 e à Proposta de Plano de Ação 2006.

Esse esforço é resultante do empenho da Entidade na concretização das propostas contidas no Plano, que é abrangente e aponta, com clareza, os caminhos para o desenvolvimento do mercado de capitais, a saber:

- Grupo de Trabalho de Liquidez no Mercado Secundário de Títulos de Dívidas das Empresas, encerrado em dezembro de 2005 com a apresentação das conclusões à CVM;
- Utilização do FGTS para a compra de ações, projeto descontinuado por falta de apoio do governo;
- Projeto de desconsideração da personalidade jurídica;

- Não incidência do PIS/COFINS sobre JCP;
- Isenção do imposto de renda a pessoas físicas na BOVESPA na venda da carteira para aquisição de novas ações em ofertas primárias;
- Tributação dos rendimentos periódicos dos títulos e valores mobiliários de renda fixa no momento da percepção;
- Revogação do IOF sobre operações, até 30 dias, relativas a títulos ou valores mobiliários, quota de fundo de investimento ou de clube de investimento;
- Proposta de correção da tributação dos fundos de empresas emergentes e fundos de participação;
- Projeto do novo modelo previdenciário;
- Permitir a participação direta dos investidores estrangeiros nos futuros bonds e Adrs brasileiros;
- Permitir a caracterização da posição dos bancos (“global hedge” e não “hedge account”);
- Eliminação da CPMF nas operações dos clubes de investimento;
- Participação dos investidores estrangeiros na dívida pública – redução da tributação;
- Utilização do PLR como instrumento de participação do trabalhador no capital das empresas.



No final do ano, a ABRASCA encaminhou pedido no sentido de incluir no Plano de Ação 2006 esforço junto ao Congresso contra a aprovação do PL 2550/00 que cria a obrigação das companhias emissoras de transferirem para titularidade da União as ações não reclamadas pelos acionistas e passarem a recolher os respectivos dividendos mediante DARF.

ABRASCA PARTICIPA DO 6º CONGRESSO DO IBGC

A Abrasca teve participação ativa no 6º Congresso Brasileiro de Governança Corporativa, organizado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, no qual foram expostas as visões das principais entidades do mercado de capitais sobre o tema.

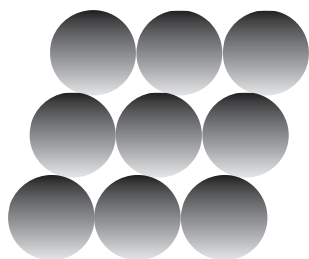
O evento ocorreu no dia 21 de novembro de 2005, época muito oportuna pois aconteceu logo após a divulgação e a distribuição da publicação “Governança Corporativa: a visão da Abrasca”. Assim sendo, foi uma boa oportunidade para ressaltar os pontos principais da publicação, que trata do assunto sob o ponto de vista dos altos escalões das companhias abertas, e chamar a atenção para os pontos que diferenciam a visão da Abrasca de todas as demais.

MANIFESTAÇÃO SOBRE CRITÉRIOS DE RATEIO ENTRE INVESTIDORES NÃO INSTITUCIONAIS NAS DISTRIBUIÇÕES PÚBLICAS DE VALORES MOBILIÁRIOS

A Comissão de Valores Mobiliários encaminhou à Abrasca a minuta de Audiência Restrita que trata dos critérios de rateio entre investidores não institucionais nas distribuições públicas de valores mobiliários.

O assunto foi debatido nas comissões técnicas da Abrasca, que consideraram a minuta de muito boa qualidade e produziram os seguintes comentários, encaminhados à CVM:

1. A Comissão de Valores Mobiliários, no edital de audiência restrita, afirma que “considera que possa ser desejável, por exemplo, que os lotes destinados a investidores não institucionais sejam sempre expressos em múltiplos do lote mínimo para negociação secundária” e “que sejam estipuladas faixas de rateio por número de lotes reservados”.



A Abrasca entende ser positivo adotar os dois pontos.

2. Com relação ao outro item da minuta de audiência restrita, “outro mecanismo seria o aluguel, pelos coordenadores, de posições de investidores de longo prazo para atender a demanda do varejo, utilizando-se de opção de emissão de lote adicional para se cobrir de eventuais flutuações que lhe sejam desfavoráveis”, a Abrasca concorda com a adoção do mecanismo mencionado.

ABRASCA É MEMBRO DO CODIM

No final de abril de 2005, foi criado o CODIM – COMITÊ DE ORIENTAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO MERCADO, com o objetivo de discutir e sugerir a utilização das melhores formas de divulgação de informações das companhias abertas para os seus mais diferentes usuários, através de pronunciamentos de orientação a serem produzidos e disseminados no mercado por todas as entidades participantes direta ou indiretamente deste comitê.

O CODIM é integrado por representantes de oito instituições do mercado de capitais, entre elas a Abrasca. O primeiro tema a ser objeto das recomendações do CODIM foi “Teleconferências”.

A Abrasca indicou dois representantes para integrarem o CODIM: Valter Faria, membro da COMEC – Comissão de Mercado de Capitais, e José Marcos Treiger, membro do Conselho Diretor da Abrasca, ampliando assim sua lista de representações externas.

CONCORRIDA POSSE DA DIRETORIA PARA O BIÊNIO 2005/2007

A posse da nova Diretoria da Abrasca para o biênio 2005/2007 teve a presença do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, e cerca de 180 convidados, reunindo os principais agentes e lideranças do mercado de capitais nacional. Alfried Plöger, presidente reeleito para o biênio 2005/2007, ouviu palavras de estímulo do ministro Furlan, que destacou algumas ações do governo com vistas a estimular o mercado de capitais.

Diversas personalidades prestigiaram o almoço de posse da nova Diretoria, como o secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo, João Carlos Meirelles, representando o governador Geraldo Alckmin, o presidente da CVM, Marcelo Trindade, os presidentes da Bovespa, Raymundo Magliano Filho, da Febraban, Márcio Artur Lauretti Cypriano, da Fiesp, Paulo Skaf, e da ANBID, Alfredo Setubal. Este raro momento de confraternização teve representantes de parcela expressiva do empresariado nacional e de entidades como Adeval, Apimec, Animec, Anefac, Associação Comercial de São Paulo, Abigraf, CETIP, ABVCAP, SindCor, ANCOR, IBEF/SP, IBEF/RJ, IBRACON, BM&F e IBRI.

O evento marcou o lançamento oficial do Anuário Estatístico das Companhias Abertas, apresentado à imprensa no início do mês. Segundo Plöger, o Anuário, de quase 200 páginas, com análises macroeconômicas e setoriais, “é ferramenta essencial para quem quer trabalhar a favor do mercado”. Na oportunidade, o presidente destacou o relevante papel de um grupo de 19 empresas que apoiaram a iniciativa, quando ainda era apenas um projeto. A cada empresa foi entregue um “tombstone” para marcar o reconhecimento da Abrasca.

CENÁRIOS MACROECONÔMICOS

A Abrasca realiza, tradicionalmente, duas vezes por ano nos meses de janeiro e julho, uma pesquisa de opinião junto aos membros do Conselho Diretor para verificar o que as companhias pensam a respeito das tendências dos principais agregados macroeconômicos no semestre que se inicia.

A pesquisa indicou que os associados mantiveram, para o 1º semestre de 2005, o clima otimista que caracterizou as duas pesquisas anteriores, relativas ao 1º e ao 2º semestre de 2004.

Assim, foram mantidas, na opinião da maioria, as expectativas de alta na demanda no setor, na taxa de crescimento do PIB, no emprego no setor e no País e nos investimentos, em comparação com o 2º semestre de 2004.

Por outro lado, 48% dos votantes acharam que os juros reais iam continuar subindo, trazendo dúvidas sobre a sustentabilidade desse crescimento.

Sobre a inflação, 36% acreditavam na estabilidade e 30% na queda do índice, talvez influenciados pela força que o Copom faz nessa direção e coerentes com a opinião da maioria sobre o aumento da demanda. Eles pareciam acreditar que a inflação vai ser contida com o aumento dos juros, sem entretanto derrubar a economia.

Diminuiu bastante – de 55% para 24% – o número daqueles que acreditavam numa subida dos preços no setor e aumentou – de 16% para 34% – o número dos que indicaram um incremento na taxa inflacionária, tudo em relação ao semestre anterior. A maioria achou que os preços ficariam estáveis (70%), enquanto que a inflação, que a maioria achou estável no semestre anterior, dividiu as opiniões, não seguindo uma tendência nítida para qualquer lado.

O câmbio real também dividiu as opiniões equilibradamente entre os consignantes, mas a balança comercial e as exportações não repetiram a visão otimista, para cima, do semestre anterior. Os investimentos, na opinião de 60% dos entrevistados, deveriam crescer em comparação com o semestre anterior, a despeito da subida dos juros e do comportamento menos agressivo das exportações.

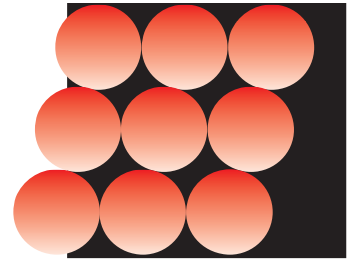
Para o 2º semestre de 2005, a pesquisa indicou moderação no otimismo dos associados em relação ao primeiro semestre do ano e uma certa expectativa de estabilidade para o segundo semestre de 2005. A exceção ficou por conta da balança comercial, com flagrante otimismo de alta.

O item demanda interna refletiu essa expectativa de estabilidade, com 44% das respostas, e outros 44% indicando perspectiva de alta. O crescimento do PIB também dividiu opiniões, de forma absolutamente eqüitativa: 33% viram o crescimento do País de forma estável; 33% esperavam alta e 33% temiam a queda. Em relação aos juros reais, a expectativa das companhias inverteu-se. De 48% de alta, no primeiro semestre, tivemos 56% prevendo a queda até dezembro.

Os empregos no setor, para 56% dos entrevistados, deveriam permanecer estáveis no semestre. Apenas 11% acreditavam em queda na oferta setorial. Em relação ao nível de emprego no país, os empresários estavam divididos: um terço apostou na estabilidade, um terço apontou para a queda e o outro terço para o crescimento.

Sobre a inflação, 56% acreditavam em sua queda e 33% na estabilidade. As expectativas com relação aos preços no setor e ao índice de inflação sofreram algumas mudanças, tendo aumentado bastante – de 6% para 45% – o número daqueles que acreditavam numa queda dos preços no setor e de 30% para 56% os que indicavam uma queda na taxa inflacionária, comparando-se com o semestre anterior, criando coerência entre as duas medidas.

Para 45% dos pesquisados, haveria a queda no câmbio real, seguindo a tendência do mercado de valorização da moeda brasileira frente ao dólar. Apesar dessa apreciação, 56% dos votantes acharam que as exportações cresceriam e a grande maioria (67%) acreditava no aumento do superávit da balança comercial. Os investimentos, na opinião de 56% dos entrevistados, deveriam ficar estabilizados, reflexo da alta taxa de juros da redução do crescimento do PIB no primeiro trimestre e da incerteza do momento, entre outros fatores.



ABRASCA MANTÉM EXPOSIÇÃO CRESCENTE NA MÍDIA

Encerramos o ano de 2005 com a exposição de 584 notícias sobre a ABRASCA na mídia. Destas, 559 foram matérias e 25 artigos assinados pelo presidente.

Houve um esforço para ampliar o espaço junto aos meios de comunicação, ao mesmo tempo em que trabalhamos de forma mais focada.

Os veículos que apresentaram a maior inserção de notícias da Abrasca no ano de 2005 são os seguintes, por categoria:

Veículos On Line

Invest News – média de 6 matérias por mês

JB On Line – média de 4 matérias por mês

Valor On Line – média de 4 matérias por mês

Broadcast / Agência SP – média de 2 matérias por mês

Jornais

Gazeta Mercantil – média de 8 matérias por mês

DCI – média de 6 matérias por mês

Jornal do Comércio (RJ) – média de 4 matérias por mês

Valor Econômico – média de 4 matérias por mês

Revistas Especializadas

Revista Capital Aberto

Revista RI

Revista Razão Contábil

Revista Executivos Financeiros

Rádios

Radiobrás / Agência Brasil

CBN

Jovem Pan

TVs

Globo News

Bloomberg Television

Salto acima de 200% em rádios e revistas

Enquanto nas televisões o número teve uma alta discreta (11 aparições em 2005, contra 10 em 2004), obtivemos um salto expressivo de 240% na exposição das rádios (de cinco em 2004, para 17 em 2005), assim como nas revistas (27 inserções, entre matérias e artigos, contra sete no ano anterior), crescendo 286% no ano, comparado com o período anterior.

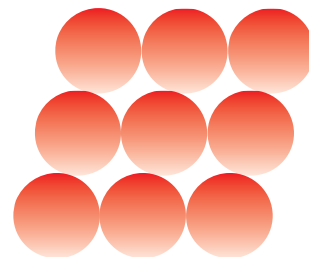
Confraternização reúne jornalistas e parceiros em São Paulo e Rio de Janeiro

A Abrasca reuniu 66 pessoas, entre jornalistas e parceiros, somando os dois almoços de confraternização de fim de ano, nos quais o presidente faz um balanço de atividades e projeções para o ano subsequente.

No Rio de Janeiro, o evento reuniu 21 pessoas, no dia 6, no Clube Americano.

Dos presentes, nove eram jornalistas e os demais parceiros e diretores da entidade.

Já em São Paulo o número de presentes, na sede do Jockey Club, dia 8, foi de 45 pessoas, com um expressivo número de parceiros. Do total, 12 eram jornalistas, dos principais veículos de comunicação da Capital e correspondentes.



ARTIGOS DO PRESIDENTE DA ABRASCA

(Publicados na imprensa)

O nome da esperança

“O brasileiro, há muito, tem vivido numa insólita dualidade. De um lado, a persistência do desafio inacabado do desenvolvimento socioeconômico e da prosperidade; de outro, a capacidade de acreditar e se manter mobilizado na incansável busca pela redenção nacional. Na intermitência histórica entre tênues períodos de democracia e regimes ditatoriais, o maior mérito de nosso povo foi a inesgotável capacidade de fomentar a esperança.”

“Independentemente da corrente político-ideológica no poder, em todos aqueles momentos, pôde-se identificar com clareza um vício comum do setor público: o de se colocar sempre como o fim de toda a atividade econômica e da vida do País. Esta presunção atávica do Estado brasileiro significa a inversão absoluta dos mais básicos valores da democracia. A população é, por inquestionável preceito filosófico, a finalidade de toda a estrutura política e estatal. O governo, os poderes constituídos e as instituições são os meios para que a sociedade e cada indivíduo possam, em síntese, viver em paz e buscar a prosperidade pessoal e coletiva.”

“Assim, seria interessante que, em 2005, o Estado vislumbrasse novas perspectivas estratégicas para o incentivo à economia e se voltasse com mais ênfase aos interesses reais da sociedade. Este seria um ato de justiça e reconhecimento ao valor do brasileiro, sinônimo de esperança e, sem dúvida, o maior e verdadeiro milagre desta Nação.”

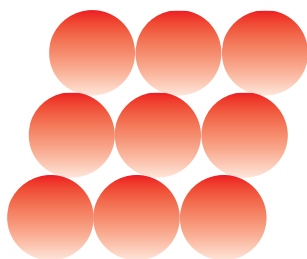
Cai o mito sobre o controle acionário

“Existe antigo e equivocado conceito sobre o mundo corporativo brasileiro, segundo o qual basta a um grupo ou pessoa possuir 16,7% do capital total de uma empresa, colocando nela, portanto, proporcionalmente poucos recursos próprios, para exercer o mais completo poder de mando sobre a companhia, ou seja, conquista a prerrogativa de a controlar integralmente.”

“Esclarecer de forma objetiva, precisa e definitiva essa questão é fundamental para que se estabeleçam no Brasil normas para o mercado adequadas à estrutura de controle de capital nas empresas locais, sem a importação pura e simples de regras que nada têm a ver com o que ocorre entre nós.”

“Com o indicador 1,14, evidencia-se, ainda, conforme cálculos do autor do estudo, que no Brasil, em média, exerce-se controle efetivo de uma companhia com 43,85% do capital total. O dado torna claro o real aporte de recursos do controlador na empresa. E prova que, no momento de se fazer ou mudar regras para o funcionamento do mercado, é fundamental que se tome por base a verdadeira estrutura do capital das empresas brasileiras, sob pena de acabarmos tendo em mãos instrumentos legais excelentes nos Estado Unidos, mas que, no Brasil, dependendo do caso, ou para nada serviriam, por se referirem a situações aqui não encontradas, ou se abateriam sobre as empresas, causando, atrasos no desenvolvimento, dificuldades e inevitáveis perdas.”

“No Brasil, como se sabe, os grupos de controle são bem definidos e, conforme bem demonstrou o estudo feito no lbmec, detêm uma parcela do capital bem superior à que se



supunha anteriormente. Assim, o equilíbrio de forças dentro da companhia é especificamente brasileiro. E como tal deve ser tratado.”

Punição ao capital próprio

“Incentivo ao endividamento e não ao reinvestimento de lucros, capital produtivo penalizado por tributação, empresa nacional em desvantagem em relação às estrangeiras, risco de empresas brasileiras transferirem holdings para o exterior, de maneira a escapar da injustiça tributária, desorganização da estrutura societária, demandas judiciais: estas são algumas das conseqüências inevitáveis da hipercumulatividade de tributos criada pelo Decreto 5.164, de julho de 2004.”

“O pagamento de juros sobre capital próprio, admitido a partir de 1995, havia exterminado uma das mais absurdas distorções da legislação tributária brasileira, que era a dedução de encargos decorrentes de empréstimos, financiamentos etc. da base de cálculo do Imposto de Renda, ao mesmo tempo em que os dividendos pagos aos acionistas não eram dedutíveis. Os lucros obtidos pelas empresas eram duplamente tributados – na apuração e na distribuição. Privilegiava-se, em suma, o capital de terceiros e especulativo, ao mesmo tempo em que se onerava o capital dos sócios dispostos a arriscar recursos no empreendimento.”

“Para as cadeias societárias que formam os grandes conglomerados brasileiros, trata-se de medida claramente desastrosa e que poderá causar uma não proveitosa mudança na estrutura societária dos grupos. Isso porque, como os estrangeiros não estão sujeitos aos efeitos do decreto de julho, muitos conglomerados poderão montar holdings no exterior para fazer o pagamento de juros sobre capital próprio sem o espantoso ônus criado no ano passado.”

“O bom senso e o melhor interesse da economia exigem agilidade do Governo para rever a legislação e cortar os riscos dela decorrentes. Ela vai contra os interesses do País ao desorganizar a estrutura societária das empresas de capital nacional, punir o capital próprio e favorecer o endividamento, tirando a saúde que de forma geral, e apesar de tudo, caracteriza as nossas corporações.”

Perdas para todos

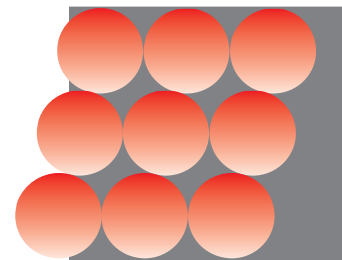
“Quando o governo toma uma decisão e elabora um projeto de lei ou baixa um decreto é de se supor que analise todos os desdobramentos que tais documentos terão sobre a vida, segurança, nível de renda e tranquilidade do conjunto de pessoas governadas. Um governo não pode pensar apenas em encher seus cofres, via arrecadação de impostos, taxas e contribuições, para ostentar balanços com superávits em ofuscante azul. Nada contra o azul, desde que os governados, que são a fonte de arrecadação, não estejam a ponto de afundar no vermelho de suas próprias contas, em alguns casos, e em outros fazendo malabarismos e despendendo enormes esforços para produzir uma receita que atenda à fúria arrecadadora e que permita sobrar recursos destinados à sobrevivência do empreendimento ou da família.”

“Não é, contudo, o que ocorre. Um exemplo eloqüente é o de uma lei (de número 10.865) e de um decreto (de número 5.164), de abril e julho do ano passado, respectivamente. A lei vedou o aproveitamento de créditos da Cofins e das contribuições para o Pis/Pasep relativamente aos juros sobre o capital próprio recebidos. Em seguida, o decreto completou reduzindo a zero as alíquotas dessas contribuições, quando incidentes sobre as receitas financeiras, exceto se originadas de juros remuneratórios do capital próprio ou de operações de hedge.”

“Agora, a lei de abril e o decreto de julho causam um retrocesso, de novo privilegiando o endividamento e desestimulando a reaplicação de lucros dos acionistas (lucros esses menores do que deveriam ser, já que injustamente tributados). Toda a estrutura societária dos conglomerados brasileiros poderá mudar, uma vez que eles poderão montar holdings no

exterior para fazer o pagamento de juros sobre capital próprio sem arcar com uma carga tributária extra e indefensável – estrangeiros não são alcançados pelos efeitos desta legislação, que pode representar para um grupo moderno que tenha seis elos na cadeia societária um custo de 70,5% se remunerar acionistas com juros sobre capital próprio no Brasil.”

“Da mesma forma como lutou para que o sistema de juros remuneratórios do capital próprio fosse adotado no Brasil, a Abrasca está agora lutando para que os benefícios do mesmo sistema não sejam esmagados pela tributação. A Abrasca, em conjunto com as empresas abertas e outras entidades, está fazendo estudos sobre o problema e vai levar a argumentação às autoridades, para que seja estendida aos juros sobre capital próprio a alíquota zero de PIS e Cofins, prevista no Decreto 5164, para todas as receitas financeiras.”



O anuário que estava faltando

“A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) vai lançar, em maio, uma preciosa ferramenta de análise e trabalho para todos os interessados no mercado de ações e nos vários segmentos a ele ligados: o Anuário Estatístico sobre o Mercado de Capitais Brasileiro, o primeiro a ser lançado no País.”

“O produto que o mercado e o público interessado conhecerão em maio vai, sem dúvidas, ser uma fonte de consulta essencial. Mostrará, com séries históricas e análises, como o setor acionário e as companhias abertas evoluíram ao longo do tempo, apesar das enormes dificuldades encontradas ao longo do caminho. Teremos, com o Anuário, um retrato dinâmico desta evolução. A partir dele, o real papel das empresas abertas brasileiras na produção de riquezas ficará evidenciado. O estudo da história recente da economia do País ganhará dados consistentes que permitirão uma visão mais clara do processo de desenvolvimento do setor produtivo no Brasil.”

“Não é só, porém. O Anuário trará ainda artigos, análise da economia brasileira em 2004 e perspectiva para 2005; retrospectiva dos principais fatores que marcaram o mercado de capitais no Brasil e no exterior; desempenho dos setores que mais influenciaram o comportamento da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa); desempenho dos fundos de ações, clubes de investimento, fundos de pensão e fundo com a carteira do BNDESpar e síntese das principais alterações na legislação brasileira com reflexo sobre o mercado de capitais.”

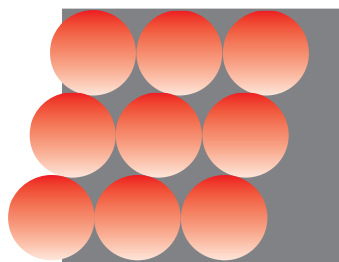
Uma amarga coerência

“Não há nenhum paradoxo nos dados relativos à colocação do Brasil nos rankings mundiais das economias e do PIB per capita, divulgados, respectivamente, pelas consultorias GRC Visão e Global Invest, com base em números do IBGE. No primeiro ranking, o País aparece como a 12ª maior economia do planeta, mas no segundo ostenta lamentável 76º lugar. A comparação reforça a certeza de que um dos maiores problemas da Nação, nem sempre lembrado, é a péssima distribuição de renda.”

“Num cenário de tanta estratificação socioeconômica, o Brasil fica mais vulnerável, pois toda a estrutura produtiva e de serviços torna-se dependente de um mercado com limites e também das exportações. Assim, a distribuição de renda é um problema a ser enfrentado e minimizado. Trata-se de uma questão estrutural de grande profundidade, desafio que precede as agruras dos juros e impostos elevados, do câmbio sobrevalorizado e dos demais itens funcionais do cotidiano da economia.”

“Fica muito claro que, num país onde participar dos benefícios da economia é um privilégio, o consumo de determinados itens ainda é considerado supérfluo. Infelizmente, a cultura, a leitura e o conhecimento enquadram-se nessa classificação.”

“Este, sim, é um grande paradoxo, considerando que a informação é o bem mais precioso desta era e fator decisivo ao desenvolvimento de uma nação.”



Harmonização das normas contábeis

“O Brasil congrega hoje 33 empresas listadas na Bolsa de Nova York, com programas de American Depositary Receipt (ADR). Não é pequeno o número das que têm também papéis negociados em grandes bolsas européias. Daí a importância de se criar no Brasil um arcabouço de normas contábeis e regulatórias harmônicas em relação às do exterior, americanas e européias, que entre si também não são convergentes.”

“O Brasil não pode e nem pretende ficar atrás, sob pena de graves prejuízos para as empresas e para o mercado brasileiro. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tem trabalhado para a harmonização das normas contábeis brasileiras com as normas internacionais e são inegáveis os avanços já registrados. A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) vem, há muitos anos, atuando na busca desta congruência, seja com estudos e propostas, seja apoiando órgãos governamentais e entidades do mercado que andam na mesma direção.”

“O Projeto de Lei nº 3741/00, que altera a parte contábil da Lei das S.A., é parte decisiva neste processo, pois atualiza pontos importantes e viabiliza a introdução de alterações nas práticas contábeis em função das mudanças do mundo real.”

“A Abrasca, com as suas três Comissões Técnicas, acompanha essa evolução, em estreita colaboração com a CVM e outras entidades, com a preocupação primordial de alertar para os riscos de um aumento de custos, particularmente tributários, para as empresas, embutidos em algumas das alterações introduzidas.”

Liquidez no mercado de capitais

“Realizamos, pela 7ª vez consecutiva, o Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, maior evento na modalidade em nosso continente, ponto de encontro de mais de 500 participantes e lugar certo para quem deseja estar em contato com temas atuais e modernos, plenos de significância e consistência. Trata-se de evento anual, que deve obrigatoriamente constar da agenda de todos os profissionais bem informados.”

“O 7º Encontro focaliza, com muita propriedade, a liquidez no mercado de capitais e puxa o debate sobre as principais ferramentas disponíveis para promovê-la e o papel do profissional de Relações com Investidores.”

“Daí a importância do tema escolhido para o momento atual, quando as fontes tradicionais de financiamento são reduzidas face ao volume da demanda, os aportes bancários comprometem o futuro do empreendimento pelos juros altos, e as empresas, sequiosas por desenvolvimento, buscam tenazmente a saída do mercado de capitais, no país ou no exterior.”

“Também de grande importância é destacar o extraordinário esforço desenvolvido pelo setor de Relações com Investidores, para melhorar a troca de informações com os acionistas, muitas vezes segmentados para receber melhor atendimento, com significativos reflexos sobre a liquidez dos títulos e, por consequência, agregando valor ao produto.”

“É portanto muito oportuno que o 7º Encontro de RI e Mercado de Capitais tenha escolhido a liquidez no mercado de capitais como tema central do conclave, demonstrando aguda sensibilidade para as questões do momento. Por que o momento, desejamos todos, é do mercado de capitais.”

Capital aberto é pilar da economia

“Uma economia que conte com um mercado de capitais vigoroso entre seus suportes, um mercado formado por companhias dinâmicas, capazes de atrair poupanças da sociedade e engrandecer seu quadro de acionistas, fica, naturalmente, menos vulnerável a fatores que podem prejudicar sua livre expansão.”

“A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), consciente deste saudável papel do mercado e de seus componentes, é inteiramente comprometida com a abertura do capital das empresas e com a expansão dos mercados de títulos privados. Para isso, tem sempre em execução iniciativas como encontros, seminários e fóruns de discussão, para disseminar informações a respeito do setor acionário, provocar reflexões e apontar objetivamente as grandes vantagens da abertura de capital para as próprias corporações, pois embora a abertura represente aumento de custos e de obrigações por parte das companhias, o leque de benefícios supera largamente o que à primeira vista pode ser identificado como uma carga de novos custos.”

“A capacidade de prover recursos para empresas empreendedoras tem sido um dos motivos pelos quais o mercado de ações cresce, a despeito de todos os entraves existentes no Brasil. O Brasil ocupa o topo da lista das nações com as mais elevadas taxas de juros do mundo; e a carga tributária suportada por empresas e pela sociedade é tão pesada que surpreende a capacidade de resistência e de disposição para crescer entre as companhias e os investidores.”

“O fato é que as taxas de juros e o ambiente tributário compõem um cenário totalmente adverso, mas, apesar disso, a pujança das empresas, testadas pelas enormes dificuldades com que se defrontam, tem feito com que elas encontrem no mercado acionário a senda mais promissora para uma expansão sustentada de suas atividades. Da mesma forma, cresce o número de poupadores buscando adequada remuneração para os seus recursos na aplicação em ações. Associam-se, portanto, a empreendimentos multiplicadores de benefícios para a economia e que podem resultar em melhoria de vida para todo o País.”

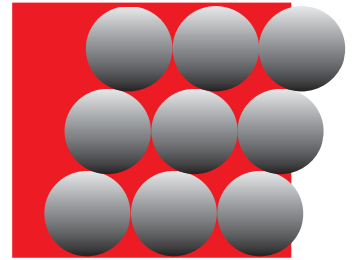
Títulos privados de renda fixa – um mercado em construção

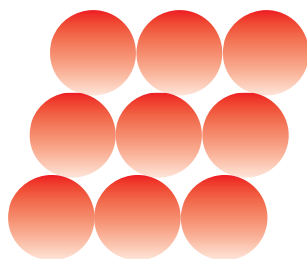
“Ainda não há adesão generalizada dos investidores ao mercado secundário de títulos privados de renda fixa, em particular as debêntures. A Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (Andima), a Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (Anbid) e a Bovespa têm se esforçado para colocar tais títulos no rol das aplicações comuns dos poupadores.”

“Todo o esforço de entidades, órgãos do Governo e das companhias está focado na necessidade de dar transparência e liquidez a este mercado. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por exemplo, lançou a Instrução 404, que estabelece a padronização das debêntures, uma antiga aspiração do mercado que, entretanto, deverá ser revista pois, em um ano, não suscitou nenhum lançamento usando o padrão. Também simplificou o processo de análise, que se tornou muito mais ágil: antes, levava até dois meses. Agora, bastam cinco dias.”

“A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), sensível à questão, já que os títulos privados de renda fixa constituem um caminho adicional para o financiamento de longo prazo para as empresas, promoveu um debate interno sobre o tema na sua Comissão de Mercado de Capitais. Convidou entidades ligadas a este segmento e empresas que fizeram emissões importantes de debêntures.”

“Às empresas, um mercado forte de títulos privados interessa sobremaneira, uma vez que pode ajudar a reduzir as taxas de juros. Ele estimulará as empresas a lançarem mais títulos de renda fixa para obter recursos para seus projetos, com óbvio barateamento do dinheiro. Também diminuirá a dependência aos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do sistema bancário em geral, e das fontes externas. Nos dois últimos casos a dependência representa vulnerabilidade e possíveis limitações futuras, que podem comprometer a expansão das companhias.”





“O rol de motivos para a luta pela expansão do mercado secundário de papéis privados de renda fixa é extenso. O tamanho modesto, por enquanto, não deve desanimar, pois há bons sinais no horizonte. Já há um fluxo sistemático de informações sobre os negócios com os papéis privados e visibilidade das suas cotações, o que é vital para que chegue ao nível de liquidez desejada, que gerará, espontaneamente, mais liquidez.”

Mais espaço para a pessoa física

“O papel dos investidores individuais no mercado acionário ainda não tem o tamanho compatível com a já provada disposição empreendedora dos brasileiros que amealharam alguma poupança. Sempre que há no mercado formas bem ajustadas de investimentos, transparentes e com um nível adequado de proteção contra aventuras, os poupadores individuais respondem de forma positiva e neles colocam seu dinheiro.”

“A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) tem atuado no sentido de elevar a participação dos investidores pessoas físicas no mercado, por entender que deles depende em grande parte não apenas o crescimento das companhias, mas o próprio desenvolvimento sustentado do País.”

“A percepção da possibilidade de ganhos, os esforços de entidades como a Abrasca e a Bovespa e o ambiente mais seguro – embora, frise-se, investimentos em ações sejam, por sua própria natureza, um investimento de risco – têm levado a uma participação maior das pessoas físicas nas operações em bolsa. Há, contudo, muito espaço a ser conquistado. Cálculos indicam que, no Brasil, as pessoas físicas aplicadoras em ações representam aproximadamente 0,05% da população total do País. Mesmo considerando os problemas de distribuição de renda e de renda per capita, é pouco, diante dos números ostentados em outras nações: em alguns países da Europa, 5% das pessoas estão nas bolsas e nos Estados Unidos o percentual chega a 20%.”

“As entidades de mercado e a CVM estão atentas à necessidade de ampliação da presença dos investidores individuais no mercado e aos mecanismos de proteção nela implícita. Evidência disso são o aperfeiçoamento do papel das áreas de Relações com Investidores nas empresas, inclusive pela internet, e os relatórios detalhados das companhias abertas e das corretoras.”

Crescendo, apesar de tudo

“Conforme mostra o recém-lançado Anuário Estatístico das Companhias Abertas 2005, da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), as 455 empresas selecionadas como amostra para o Anuário registraram receita líquida total de cerca de R\$ 420 bilhões em 2004. Este valor representou quase 25% do Produto Interno Bruto (PIB) do ano passado. Vale dizer, um conjunto de 455 empresas gerou receita equivalente a perto de um quarto das riquezas produzidas no País em um ano, resultado que, por sinal, já foi 4,5% superior, em termos reais (descontada a inflação) ao apurado em 2003.”

“Observe-se que o excelente desempenho das empresas abertas deu-se em um cenário que, se tinha alguns pontos positivos, estes foram sobejamente obscurecidos por outros pontos de alta negatividade: as taxas de juros e a carga tributária, que impediram o livre desenvolvimento do mercado interno e espalhou inquietação entre os agentes econômicos. A Abrasca crê que é fundamental rememorar o que ocorreu com os juros e a carga tributária, para se ter um quadro melhor delineado do que as empresas abertas da amostra tiveram de enfrentar para encerrar 2004 com uma receita líquida de R\$ 420 bilhões.”

“Mesmo com esses fatores profundamente limitadores, as empresas brasileiras, notadamente as companhias de capital aberto, conseguiram elevar suas receitas e manter-se na rota do crescimento. Valeram-se do mercado externo, ajudando o Brasil a se consolidar como um grande exportador, e aproveitaram com eficiência as janelas de oportunidades abertas em

algumas áreas. Conforme levantamento feito no Anuário, produtores de bens intermediários, como os segmentos de metalurgia, siderurgia, petroquímica, papel e celulose, tiveram performance excelente, graças ao aquecimento do mercado externo e à recuperação de alguns nichos do mercado interno.”

“O que se conclui da análise do resultado das empresas abertas em 2004 é que, quando elas puderem operar em um cenário menos marcado por pesos indevidos, como o das taxas de juros e da carga tributária, chegarão a resultados ainda mais marcantes, capazes de mudar a face da economia brasileira.”

Assinatura mensal da conta telefônica

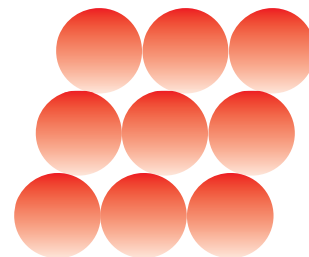
“A indústria gráfica e o mercado mobiliário têm um ponto em comum: ambos são termômetros do comportamento da economia em geral e da performance dos distintos setores de atividade. Esta peculiaridade foi muito evidente no País quando se desencadeou o processo de privatização das telecomunicações. Paulatinamente, cresceu o volume de impressão das contas telefônicas, devido ao aumento do número de concessionárias e, principalmente, pela significativa ampliação do acesso às linhas, que deixaram de ser um privilégio e ficaram ao alcance de número muito maior de brasileiros. A nova realidade do setor, muito diferente dos tempos dos “planos de expansão”, com espera de cinco anos, também suscitou a valorização das ações das companhias, significando mais renda, empregos e dinheiro para investimento não atrelado à dívida pública.”

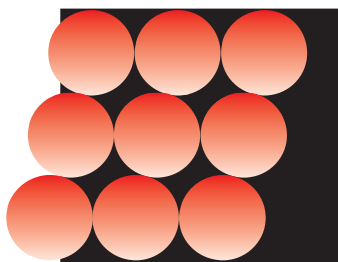
“Os antigos problemas parecem esquecidos pelos brasileiros, já acostumados às facilidades para a compra de um telefone. No entanto, neste vácuo da ausência de memória vem ganhando corpo uma proposta capaz de colocar em risco o avanço verificado e de comprometer a meta de universalização do acesso às linhas, obrigatória para as concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC). Trata-se da extinção da tarifa de assinatura, cobrando-se apenas os pulsos. Demagogia à parte, tal proposição não resiste à análise lógica. A assinatura mensal não é uma taxa, como alguns buscam erroneamente definir, mas sim uma tarifa prevista no sistema legal e regulatório do setor, que vem sendo defendido pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), inclusive na instância jurídica, na qual o Inadec (Instituto Nacional de Defesa do Consumidor) iniciou guerra de liminares contra a cobrança.”

“Atropelar as agências reguladoras, mudar as regras do jogo com este em andamento e ignorar os marcos legais e normas estabelecidas no processo de privatização são posturas prejudiciais ao País, podendo afugentar investimentos, derrubar ações e comprometer toda a modernização de importantes serviços públicos. Ao invés de se fomentar o casuísmo, seria muito mais produtivo, no caso, aplicar adequadamente os R\$ 4 bilhões disponíveis no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), criado em agosto de 2000, pela lei 9.998, mas jamais utilizado.”

Por uma lei estável

“As nações mais desenvolvidas do mundo têm uma característica em comum: as leis que regem os mais importantes aspectos da vida dos seus cidadãos e das suas empresas pautam-se pela estabilidade. As regras do jogo lá estão e pode-se confiar, pela experiência passada, que continuarão as mesmas. São leis amplas, que cobrem as linhas gerais a serem observadas. Casos específicos resolvem-se em foros que lidam com questões circunstanciais, sem ferir o guarda-chuva legal sob o qual todos se colocam. O exemplo talvez mais conhecido é o da Constituição dos Estados Unidos, que está atravessando os séculos praticamente intocada. Há, contudo, muitos outros exemplos pelo mundo, seja em constituições federais, seja em leis voltadas para grandes áreas da vida de um povo, incluindo a economia.”





“Investimentos, é bom lembrar, são feitos dentro de determinada ordem jurídica, que se espera que evolua com naturalidade. Portanto, está mais do que na hora de se combater o clima de insegurança inevitavelmente gerado, principalmente no exterior, com esta nossa preocupação de levar à legislação todas as nuances comportadas por uma determinada situação. É como se quiséssemos fazer, a cada momento, uma Lei das S. A. para cada caso e para cada evento de cada caso. A permanecer neste caminho, tudo o que obteremos, ao invés de uma legislação perfeita, será uma perfeita desconfiança quanto à segurança dos investimentos nas companhias brasileiras.”

“O problema é que já se fala em outras reformas. A Abrasca considera – tendo como companhia ilustres juristas – que já basta de alterações. Deixemos a lei societária cumprir seu papel. Os tribunais devem ser instados a adotar soluções abrangentes o bastante para que sejam usadas, como precedentes, para resolver outros casos com circunstâncias factuais diversas.”

Em defesa da concorrência

“Os arrastados processos de exame dos efeitos de fusões e aquisições sobre a concorrência no País, envolvendo grandes empresas, têm nos mostrado, quase diariamente, que os mecanismos de defesa da concorrência precisam ser urgentemente reformados, de forma a que a livre disputa no mercado seja efetivamente protegida, ao mesmo tempo em que grandes operações, que podem dar porte internacional às nossas empresas, não sejam cerceadas. Os mecanismos de defesa da concorrência, nos moldes de hoje, inibem grandes negociações e, quando elas são feitas, até que se consiga sua efetiva aprovação investimentos são adiados e oportunidades perdidas.”

“Por isso, a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) apóia o projeto de reestruturação do sistema de defesa da concorrência no Brasil – se enriquecido com alguns pontos essenciais. Após muitos debates internos, com a presença de especialistas, e participações em seminários sobre o tema, a Abrasca chegou a uma posição que, em nosso entender, pode compatibilizar o novo texto legal com os propósitos de desenvolvimento econômico e eficaz controle dos atos de concentração.”

“A Abrasca chegou a quatro pontos que, se observados, podem nos dotar de um sistema eficiente, rápido, dinâmico e verdadeiramente capaz de assegurar a defesa da concorrência no País.”

“Com a revisão de leis e normas de algo tão importante quanto a defesa da concorrência, temos a oportunidade de dotar o País de um sistema ágil, moderno, capaz de permitir um salto de porte às nossas empresas, sem prejudicar os demais players do mercado.”

CONTATOS COM ENTIDADES EM 2005

ABRAPP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: participou do grupo de trabalho sobre liquidez do mercado secundário de títulos de dívida das empresas.

ÁGORA SÊNIOR: apoiou o Brazil Day 2005.

AGÊNCIA ESTADO: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais.

ANBID: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais; participou do grupo de trabalho sobre liquidez do mercado secundário de títulos de dívida das empresas.

ANDIMA: a Abrasca divulgou cursos promovidos pela entidade com 20% de descontos para associados da Abrasca; apoiou o 7º Encontro Nacional de Relações com Investidores e

Mercado de Capitais e o seminário Funding em Reais; participou do grupo de trabalho sobre liquidez do mercado secundário de títulos de dívida das empresas.

ANEFAC: apoiou a Abrasca na realização do 7º Prêmio Abrasca 2005.

ANIMEC: apoiou o 7º Prêmio Abrasca 2005.

APIMEC: organizou junto com a Abrasca e outras entidades o Brazil Day 2005.

APIMEC SP: apoiou a Abrasca na realização do 7º Prêmio Abrasca 2005.

ARACRUZ CELULOSE S.A.: apoiou o Brazil Day 2005.

ARCELOR BRASIL: apoiou o Brazil Day 2005.

BANCO BRADESCO S.A.: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, o Anuário Estatístico das Companhias Abertas, o seminário Ativos e Passivos Ambientais, o Brazil Day 2005 e a viagem do Dr. Hugo Rocha Braga a Genebra para participar da 22ª Sessão do Grupo Intergovernamental de Trabalho de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Divulgação de Informações (ISAR).

BANCO DA AMAZÔNIA S.A.: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas e o 7º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais.

BANCO DO BRASIL S.A.: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais, o 7º Prêmio Abrasca 2005 e o Brazil Day 2005.

BANCO ITAÚ S.A.: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais, o Anuário Estatístico das Companhias Abertas, o seminário Funding em Reais e o Brazil Day 2005; recebeu o conselho diretor da Abrasca no dia 02 de junho de 2005.

BANCO REAL: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

BARBOSA, MÜSNICH & ARAGÃO ADVOGADOS: a Abrasca publicou artigo intitulado O Perigo dos Atalhos de Luiz Antonio de Sampaio Campos, advogado do escritório; publicou artigo do advogado Alexandre Hildebrand Garcia sobre as perspectivas do mercado de capitais.

BDO TREVISAN AUDITORES INDEPENDENTES: recebeu o conselho diretor da Abrasca no dia 18 de abril de 2005; apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

BLOOMBERG: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais e o Brazil Day 2005.

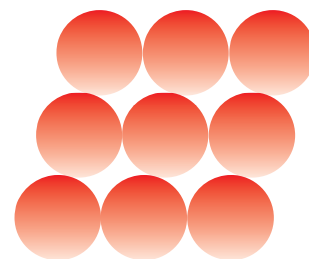
BOLSA DE MERCADORIAS & FUTUROS – BM&F: apoiou o seminário Ativos e Passivos Ambientais.

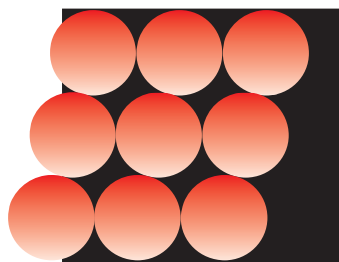
BNDES: participou do Grupo de Trabalho sobre liquidez do mercado secundário de títulos de dívida das empresas; apoiou o Brazil Day 2005.

BOVESPA: apoiou a Abrasca na realização do 7º Prêmio Abrasca 2005, 7º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais e o Anuário Estatístico das Companhias Abertas; participou do Grupo de Trabalho sobre liquidez do mercado secundário de títulos de dívida das empresas; a bolsa cedeu suas instalações para a posse da Diretoria da Abrasca para o biênio 2005/2007 e para o lançamento do Anuário Estatístico da Abrasca; organizou junto com a Abrasca e outras entidades o Brazil Day 2005.

BOWNE GLOBAL SOLUTIONS: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais.

BRASIL TELECOM S.A.: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais.





BRASKEM S.A.: apoiou o Brazil Day 2005; a Abrasca publicou em seu boletim Sia & Cia os artigos de autoria de Luciano Dequech, advogado da empresa, intitulados: "A desconsideração da personalidade jurídica", "A Nova Lei Concorrencial Brasileira: O Carro Adiante dos Bois" e ""Corporate Governance" e Direitos dos Acionistas".

CÂMARA DE CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO – CETIP: apoiou o seminário Funding em Reais.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS: apoiou o Brazil Day 2005.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas e o Brazil Day 2005.

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO MINEIRA: apoiou o 7º Prêmio Abrasca 2005.

COMPANHIA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS – CCR: apoiou a viagem do Dr. Hugo Rocha Braga a Genebra para participar da 22ª Sessão do Grupo Intergovernamental de Trabalho de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Divulgação de Informações (ISAR).

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM: a Abrasca encaminhou sugestões à audiência pública sobre critérios de rateio entre investidores não institucionais nas distribuições públicas de valores mobiliários; o presidente da autarquia, Sr. Marcelo Trindade, discursou na posse da Diretoria da Abrasca; atendendo pedido da CVM a Abrasca indicou representante para a 22ª Reunião do Grupo de Trabalho Governamental em Genebra, na Suíça; o presidente Marcelo Trindade proferiu palestra no lançamento do documento de "Governança Corporativa – A Visão da Abrasca"; o presidente da autarquia concedeu audiência à Abrasca para discutir a sugestão de alteração da data de entrada em vigor da Deliberação CVM 488;

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO: apoiou o Brazil Day 2005.

COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL: apoiou o Brazil Day 2005.

CONFERENCE CALL DO BRASIL: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais e o Brazil Day 2005.

CORPGROUP / THE MEDIA GROUP : apoiou o 7º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais e o Brazil Day 2005.

CREDIT SUISSE: apoiou o Brazil Day 2005.

CIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ – CPFL ENERGIA: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas e o Brazil Day 2005.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU BRASIL: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

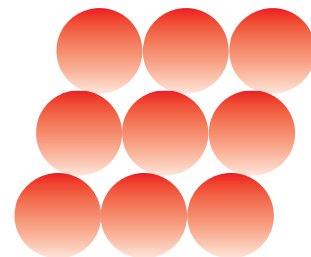
DEPUTADO ARMANDO QUEIROZ MONTEIRO NETO: concedeu audiência à Abrasca para discutir a incidência de PIS/COFINS nos Juros do Capital Próprio – JCP.

ECONOMÁTICA: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

ECORRODOVIAS: apoiou o Brazil Day 2005.

EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.: apoiou o Brazil Day 2005.

ERNST & YOUNG: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, o Anuário Estatístico das Companhias Abertas e o Brazil Day 2005.



FIRB – FINANCIAL INVESTOR RELATIONS BRASIL: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais e o Brazil Day 2005.

GERDAU S.A.: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas, o Brazil Day 2005 e a viagem do Dr. Hugo Rocha Braga a Genebra para participar da 22ª Sessão do Grupo Intergovernamental de Trabalho de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Divulgação de Informações (ISAR).

GLOBAL FINANCE: apoiou o Brazil Day 2005.

GREENBERG TRAURIG: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais.

IBEF-SP – INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS: apoiou a Abrasca na realização do 7º Prêmio Abrasca 2005.

IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA: apoiou a Abrasca na realização do 7º Prêmio Abrasca 2005; a Abrasca apoiou o 6º Congresso de Governança Corporativa do IBGC, o presidente Alfred Plöger participou do painel de abertura.

IBRI – INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES: apoiou a Abrasca na realização do 7º Prêmio Abrasca 2005; atendendo pedido dessa entidade indicou representante para o CODIM – Comitê de Divulgação de Informações ao Mercado; organizou junto com a Abrasca o Brazil Day 2005 e o 7º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

IBRACON – INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES: apoiou a Abrasca na realização do 7º Prêmio Abrasca 2005; recebeu a Comissão de Auditoria e Normas Contábeis da Abrasca no ano de 2005; a Abrasca apoiou a reunião “Câmara de Governança Corporativa”, onde o presidente Alfred Plöger realizou uma apresentação; a Abrasca encaminhou estudos da Comissão de Auditoria e Normas Contábeis – CANC propondo alterações na norma sobre contabilização de variações cambiais dos investimentos no exterior; a Abrasca enviou sugestões de alterações no Comunicado Técnico do Ibracon sobre contabilização de bônus perpétuos; a Abrasca propôs alteração da data de entrada em vigência da Deliberação CVM nº 488.

ING BANKING: apoiou o Brazil Day 2005.

INSTITUTIONAL INVESTOR: apoiou o Brazil Day 2005.

CELULOSE IRANI S.A.: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

IR AWARDS: apoiou o Brazil Day 2005.

ITAÚ CORRETORA: apoiou o Brazil Day 2005.

JP MORGAN: apoiou o Brazil Day 2005.

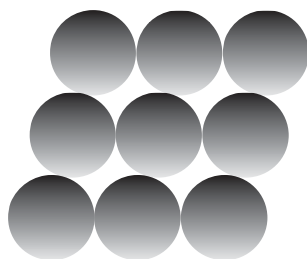
LÉLIO LAURETTI: presidiu a Comissão Julgadora do 7º Prêmio Abrasca e realizou palestra na cerimônia de entrega; a Abrasca publicou seu artigo, “Reflexões sobre Comunicação, Cultura e Ética” no boletim SIA/CIA.

LOCALIZA RENT A CAR S.A.: apoiou o Brazil Day 2005.

MANGELS INDUSTRIAL S.A.: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

MINISTRO LUIZ FERNANDO FURLAN: concedeu audiência à Abrasca para discutir a incidência de PIS/COFINS nos Juros sobre o Capital Próprio – JCP; discursou na posse da presidência e diretoria da Abrasca; discursou na abertura do Brazil Day 2005.

MOTTA, FERNANDES ROCHA ADVOGADOS: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais e o Brazil Day 2005; publicou artigo sobre direito societário do sócio do escritório Luiz Leonardo Cantidiano.



NATURA COSMÉTICOS S.A.: apoiou o Brazil Day 2005.

NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas e o Brazil Day 2005.

NEW YORK STOCK EXCHANGE: ofereceu uma recepção no fim da jornada do Brazil Day 2005.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA: apoiou o seminário Funding em Reais.

O ESTADO DE SÃO PAULO: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

BANCO PACTUAL: apoiou o Brazil Day 2005.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais, o Brazil Day 2005, o Anuário Estatístico das Companhias Abertas e o 7º Prêmio Abrasca Relatório Anual 2005; participou do grupo de trabalho sobre liquidez do mercado secundário de títulos de dívida das empresas.

PETROQUÍMICA UNIÃO S.A.: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais e o Brazil Day 2005.

PETROFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

PINHEIRO NETO ADVOGADOS: recebeu o conselho diretor da Abrasca no dia 24 de março de 2005.

PLANO DIRETOR DO MERCADO DE CAPITALIS: a Abrasca é uma das entidades da sociedade civil que se reuniram para defender um conjunto de ações em prol do mercado: o conselheiro da Abrasca Thomás Tosta de Sá é o coordenador do Comitê Executivo do Plano; a Abrasca publicou documento com as principais diretrizes do Plano Diretor do Mercado de Capitais para 2005; por sugestão da Abrasca, o Grupo de Trabalho sobre liquidez do mercado secundário de títulos de dívida das empresas foi incorporado pelo Plano Diretor.

PR NEWSWIRE – UNITED BUSINESS MEDIA: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais e o Brazil Day 2005.

PRICEWATERHOUSECOOPERS: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas e o 7º Prêmio Abrasca 2005.

REVISTA CAPITAL ABERTO: apoiou o Brazil Day 2005.

REVISTA RAZÃO S.A.: apoiou o Brazil Day 2005.

REVISTA RI: apoiou o Brazil Day 2005.

CIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP: apoiou o Brazil Day 2005.

CIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

SELULLOID AG: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

SOUZA, CESCOP AVEISSIAN, BARRIEU E FLESCHE ADVOGADOS: apoiou o Brazil Day 2005; a Abrasca publicou em seu boletim Sia & Cia artigos de autoria de Eduardo José Herzkowicz, sobre a informação na oferta pública de ações e direitos e prerrogativas dos investidores em ofertas públicas de ações.

SOUZA CRUZ S.A.: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

SR RATING: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais.

STUBER – ADVOGADOS ASSOCIADOS: a Abrasca publicou em seu boletim Sia & Cia artigos de autoria de Pedro Anan Júnior e Juliana Grandino Latorre, sobre as modificações na legislação tributária federal – Lei Nº 11.033/04; publicado artigo do Walter Douglas Stuber, sobre intermediação de operações e oferta de valores mobiliários no exterior via Internet.

BANCO SUDAMERIS S.A.: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas.

SUZANO PETROQUIMICA S.A.: apoiou o Brazil Day 2005.

SUZANO BAHIA PAPEL E CELULOSE S.A.: apoiou o Brazil Day 2005.

TAM S.A.: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas e o Brazil Day 2005.

TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A. – TELEMAR: apoiou o Anuário Estatístico das Companhias Abertas e o Brazil Day 2005.

TELEMIG CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais.

TELE CELULAR SUL PARTICIPAÇÕES S.A. – TIM: apoiou o Brazil Day 2005.

TRENCH, ROSSI E WATANABE ADVOGADOS: recebeu o Conselho Diretor da Abrasca, em sua reunião de 14 de julho de 2005.

THE BANK OF NEW YORK: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais.

THE GLOBAL CONSULTING GROUP: apoiou o Brazil Day 2005.

UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS: apoiou o 7º Encontro Nacional de Relação com Investidores e Mercado de Capitais e o Brazil Day 2005.

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. – USIMINAS: apoiou o Brazil Day 2005.

VALOR ECONÔMICO: apoiou o Brazil Day 2005.

VOTORANTIM CELULOSE E PAPEL: apoiou o Brazil Day 2005.

PROPOSTA PARA TRANSFERIR AO PATRIMÔNIO O EFEITO DAS VARIAÇÕES CAMBIAIS DOS INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

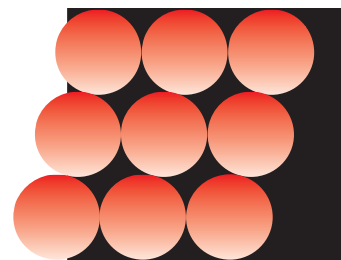
A contabilização dos investimentos no exterior é um dos registros contábeis praticados no Brasil ainda em desalinho com as normas internacionais.

Em final de 2003, a Abrasca encaminhou à CVM proposta de alterações na Deliberação CVM nº 28/86 e na Instrução CVM nº 247/96, elaborada pela CANC – Comissão de Auditoria e Normas Contábeis da Abrasca com respaldo em parecer técnico elaborado pelo professor Eliseu Martins, da FIPECAFI.

O objetivo principal da proposta, em síntese, é determinar que as variações cambiais sobre os investimentos em coligadas e controladas no exterior não permaneçam no resultado, sendo transferidas para a conta especial de patrimônio líquido.

Considerando que o assunto, decorridos cerca de dois anos, ainda está pendente, a CANC voltou a examiná-lo em setembro de 2005, tendo produzido versões atualizadas da citada proposta de atualização dos dois atos da CVM.

Em outubro de 2005, o presidente da Abrasca, Alfried Plöger, fez entrega dos documentos ao presidente do Ibracon, Edison Arisa Pereira, que comprometeu-se a examiná-los, em sua Comissão Nacional de Normas Técnicas, para posterior envio à CVM.



ABRASCA VAI AO SENADO DEBATER PL QUE OBRIGA A TRANSFERÊNCIA DE AÇÕES NÃO RECLAMADAS PARA O TESOUREIRO NACIONAL

Está em tramitação no Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara nº 119/05 (2550/00), que cria a obrigação das companhias emissoras transferirem, para o Tesouro Nacional, a propriedade das ações não reclamadas pertencentes a acionistas não identificados e recolherem os dividendos a que fizerem jus mediante DARF.

O assunto, da maneira como está tratado no referido PL, trouxe grandes preocupações às companhias abertas brasileiras, pois se constitui em evidente e frontal ataque ao direito constitucional à propriedade. Assim sendo, a Comissão Jurídica da Abrasca fez uma análise da questão e alinhou argumentos contra alguns pontos relevantes do documento em tramitação.

A Abrasca, representada por Orlando Magalhães Guimarães, de nossa associada Açominas/Gerdau, e Eduardo Lucano da Ponte, superintendente geral, esteve no Senado Federal, em Brasília, em reunião com o relator do PL, senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB/MG).

Na ocasião, foram expostos e debatidos os principais argumentos e entregue ao relator um documento com as principais ponderações. Os representantes da Abrasca obtiveram, do senador Wellington, a informação de que, após o retorno às atividades legislativas, seria convocada uma Audiência Pública, na qual as principais instituições interessadas seriam chamadas para apresentar seus pontos de vista.

ABRASCA PARTICIPA DE REUNIÃO DO GT DA ONU SOBRE CONTABILIDADE

No período de 21 a 23 de novembro de 2005, foi realizada a 22ª Sessão do Grupo Intergovernamental de Trabalho de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Divulgação de Informações (ISAR), promovida pela UNCTAD, órgão das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, em Genebra, Suíça.

A Abrasca foi representada pelo Dr. Hugo Rocha Braga, ex-diretor da CVM e participante do mesmo evento em anos anteriores, que integrou a delegação brasileira chefiada pela CVM. A viagem do representante da Abrasca foi possível graças ao apoio dos associados Bradesco, CCR e Gerdau.

No dia 24 de novembro de 2005, a sessão foi complementada com um seminário (workshop) sobre a implementação das normas contábeis do IASB – International Accounting Standards Board – conhecidas como IFRS (International Financial Reporting Standards).

Os principais temas da agenda da 22ª Sessão do ISAR foram os seguintes:

1. Revisão da implementação prática e emissão de Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros;
2. Comparabilidade e relevância de indicadores existentes sobre responsabilidade corporativa;
3. Assuntos diversos, incluindo transparência de instrumentos de governança corporativa.

CRIAÇÃO DE UM MERCADO SECUNDÁRIO LÍQUIDO PARA OS TÍTULOS DE DÍVIDA DAS EMPRESAS

Recebeu grande atenção da Abrasca, este ano, o mercado secundário de títulos privados. Um bem estruturado mercado destes títulos representa, para as empresas, a potencialização de uma fonte de captação de recursos para o financiamento de suas atividades, a custos mais baixos. A entidade sugeriu a criação e participou ativamente do grupo de trabalho que

estudou medidas para elevar a liquidez desses títulos nos mercados, entre as quais a criação de uma debênture simplificada.

No dia 19 de dezembro de 2005, tendo encerrado os trabalhos, o Grupo de Trabalho de Liquidez no Mercado Secundário de Dívida das Empresas teve uma reunião na CVM para apresentar o resultado final dos seus estudos e tratar da viabilidade de implantação da debênture simplificada, um dos caminhos visualizados pelo Grupo para dar liquidez aos mercados de títulos de dívida corporativos.

Entre as principais conclusões do Grupo, podem ser destacadas as seguintes: (1) liquidez exige padronização; (2) a padronização instituída pela Instrução CVM 404 não estimulou emissões; (3) a debênture simplificada é uma nova padronização adotada por auto-regulação, mais flexível que o padrão criado pela CVM 404.

Foram elencadas as características da debênture simplificada, instrumento financeiro que poderá ser utilizado por livre escolha das companhias (auto-regulação) e contribuirá para a criação de liquidez do mercado secundário de títulos de dívida corporativos no Brasil. Não seriam necessárias alterações significativas no arcabouço regulatório da CVM. A Instrução CVM 400 serviria de base para a regulamentação das emissões das debêntures simplificadas. O objetivo é tornar o título mais facilmente compreensível por investidores e analistas de investimentos.

Atendida solicitação da Abrasca para vigência da Deliberação CVM nº 488

A Abrasca encaminhou à CVM correspondência manifestando suas considerações sobre o art. 96 da Deliberação nº 488, que aprova e torna obrigatório, para as companhias abertas, o Pronunciamento elaborado em conjunto com o Ibracon sobre Demonstrações Contábeis. A questão principal se prendeu à data de início de vigência da Deliberação, marcada para as demonstrações contábeis anuais encerradas a partir de 31 de dezembro de 2005, prazo considerado exíguo para o cumprimento com qualidade das exigências decorrentes.

O assunto foi analisado na CANC – Comissão de Auditoria e Normas Contábeis – da Abrasca, a pedido de diversas associadas, e resultou no envio da citada correspondência, em que é sugerida a alteração da data para “a partir de 01 de janeiro de 2006”, pleito atendido pela CVM com a Deliberação 496.

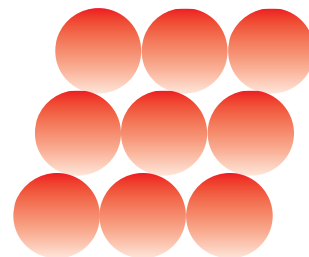
A decisão da CVM coroa um intenso trabalho desenvolvido pela Abrasca, por solicitação de associadas que julgaram exíguo o prazo para atendimento, com qualidade, da norma.

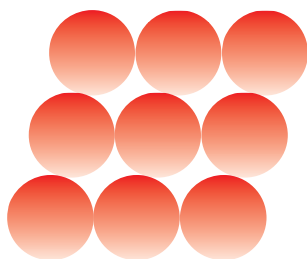
Justificaram essas associadas que, tendo a Deliberação 488 sido publicada em outubro/2005, restava muito pouco tempo para superar dúvidas e obstáculos operacionais para atendimento com qualidade ainda nos balanços de 2005, aí incluída a questão da comparabilidade com períodos anteriores.

A CANC – Comissão de Auditoria e Normas Contábeis da Abrasca – examinou detidamente as questões levantadas pelas empresas associadas e preparou os estudos que, em reunião acontecida no dia 28/12/2005 na sede da CVM, no Rio de Janeiro, foram levados ao presidente Marcelo Trindade.

À reunião na CVM, compareceram o presidente da ABRASCA, Alfried Plöger, o superintendente geral, Eduardo Lucano da Ponte, e os membros da CANC Moisés Mou-ta (Souza Cruz), Reginaldo Camilo (Itáú), Mariângela Tizzato (Petrobras) e Oscar Nascimento (Petrobras).

Deve ser ressaltada, nesta oportunidade, a decisiva colaboração prestada pelo Ibracon, tendo à frente o seu presidente Edison Ariza, sem a qual não teríamos obtido sucesso em tão curto período.



**EVENTOS PROMOVIDOS PELA ABRASCA**

- Almoço de confraternização com a imprensa e parceiros de 2005 – 08 de dezembro de 2005 – São Paulo;
- Almoço de confraternização com a imprensa e parceiros de 2005 – 06 de dezembro de 2005 – Rio de Janeiro;
- Brazil Day 2005 – 14 de novembro de 2005 – Nova York;
- Seminário “Governança Corporativa” – 18 de outubro de 2005 – PUC / Rio de Janeiro;
- Entrega do 7º Prêmio Abrasca: melhor relatório anual / 10º Seminário “Relatório Anual” – 04 de outubro de 2005 – São Paulo;
- Lançamento do Anuário Estatístico das Companhias Abertas / Posse da Diretoria para o biênio 2005 / 2007 – 30 de junho de 2005 – São Paulo;
- Seminário “Ativos e Passivos Ambientais” – 30 de junho de 2005 – São Paulo;
- VII Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais – 13 e 14 de junho de 2005 – São Paulo;
- Seminário “Funding em R\$: Captação de Recursos em Moeda Nacional” – 12 de maio de 2005 – São Paulo.

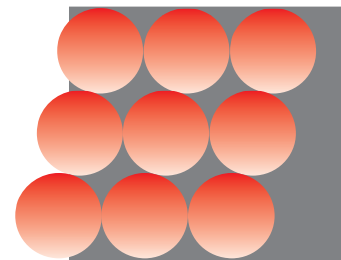
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em reais)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>		<u>2005</u>	<u>2004</u>
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e bancos	64.529	11.105	Fornecedores		918
Aplicações financeiras	396.353	253.246	Contribuições sociais	7.140	6.129
Impostos a recuperar	511	467	Obrigações tributárias	2.130	2.382
Adiantamentos de salários e outros	4.078	3.287	Provisão de férias	29.930	19.005
			Cursos	173.202	8.922
			Contribuições a apropriar	<u>150.854</u>	<u>140.275</u>
	<u>465.471</u>	<u>268.105</u>		<u>363.256</u>	<u>177.631</u>
PERMANENTE			PATRIMÔNIO SOCIAL		
Investimentos	1.889	1.889	Patrimônio Social	122.456	89.806
Imobilizado	37.059	30.183	Superávit do Exercício	<u>18.617</u>	<u>32.740</u>
	<u>38.948</u>	<u>32.072</u>		<u>141.163</u>	<u>122.456</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>504.419</u>	<u>300.177</u>	TOTAL DO PASSIVO	<u>504.419</u>	<u>300.177</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

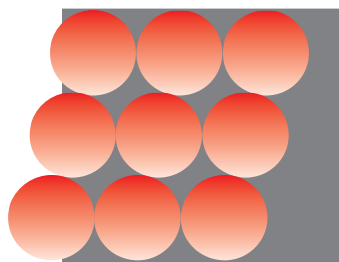


DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Em reais)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
RECEITAS ORDINÁRIAS		
Mensalidades	1.025.467	925.184
Outras contribuições	72.565	183.260
	<u>1.098.032</u>	<u>1.108.444</u>
DESPESAS ORDINÁRIAS		
Pessoal	(338.859)	(332.013)
Coordenação administrativa	(230.364)	(221.949)
Assessoria	(96.626)	(89.972)
Outras despesas administrativas	(120.115)	(143.109)
Comunicação	(62.445)	(56.089)
Viagens	(62.938)	(31.729)
Aluguéis	(63.961)	(63.359)
Manutenção e equipamentos	(24.504)	(21.537)
Depreciações	(9.732)	(9.270)
Despesas tributárias	(10.925)	(16.732)
Despesas financeiras	(25.685)	(1.673)
Receitas financeiras	97.498	55.464
Outras despesas gerais	<u>(78.768)</u>	<u>(72.912)</u>
	<u>(1.027.424)</u>	<u>(1.004.880)</u>
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com publicações	<u>(51.991)</u>	<u>(70.824)</u>
	<u>(51.991)</u>	<u>(70.824)</u>
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	<u>18.617</u>	<u>32.740</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Em reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2004	85.870	3.952	89.822
Ajuste de exercício anterior		(16)	(16)
Transferência do superávit acumulado		(3.936)	(3.936)
Superávit do exercício	<u>3.936</u>	<u>32.740</u>	<u>36.676</u>
Em 31 de dezembro de 2004	<u>89.806</u>	<u>32.740</u>	<u>122.546</u>
Transferência do superávit acumulado	32.740	(32.740)	
Superávit do exercício		<u>18.617</u>	<u>18.617</u>
Em 31 dezembro de 2005	<u><u>122.546</u></u>	<u><u>18.617</u></u>	<u><u>141.163</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Em reais)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
ORIGENS		
Das operações		
Superávit do exercício	18.617	32.740
Despesas que não afetam o capital circulante		
■ Depreciação	<u>9.732</u>	<u>9.270</u>
Superávit ajustado	<u>28.349</u>	<u>42.010</u>
TOTAL DAS ORIGENS	<u>28.349</u>	<u>42.010</u>
APLICAÇÕES:		
Aumento do imobilizado	16.608	4.799
Ajuste de exercício anterior		<u>16</u>
TOTAL DAS APLICAÇÕES	<u>16.608</u>	<u>4.815</u>
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE	<u>11.741</u>	<u>37.195</u>
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo circulante:		
■ No final do exercício	465.471	268.105
■ No início do exercício	<u>268.105</u>	<u>320.203</u>
	<u>197.366</u>	<u>(52.098)</u>
Passivo circulante:		
■ No final do exercício	363.256	177.631
■ No início do exercício	<u>177.631</u>	<u>266.924</u>
	<u>185.625</u>	<u>(89.293)</u>
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE	<u>11.741</u>	<u>37.195</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

(Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas, entidade sem finalidade de lucro, foi constituída em 21 de dezembro de 1971. São objetivos da Associação:

- a) Colaborar com os poderes públicos competentes, no aperfeiçoamento das medidas disciplinares do mercado de capitais e no que for de interesse geral das associadas;
- b) Colaborar com as entidades públicas e privadas vinculadas ao mercado de capitais, no aperfeiçoamento dos sistemas e atos relacionados com a emissão, distribuição, intermediação e circulação de valores mobiliários ou títulos emitidos pelas associadas e quaisquer direitos a eles relativos;
- c) Participar, junto à Bolsa de Valores, na indicação dos representantes das Companhias Abertas nos Conselhos ou outros órgãos daquelas entidades;
- d) Promover e fomentar a troca, entre as associadas, de informações, experiências e técnicas;
- e) Realizar ou fazer realizar estudos, investigações e pesquisas técnicas e administrativas;
- f) Acompanhar a evolução do direito do mercado de capitais, no país e no estrangeiro;
- g) Coletar e divulgar informações e dados de interesse do mercado de capitais;
- h) Representar as Companhias Abertas, na forma permitida em lei, junto aos órgãos públicos do país ou quaisquer outras entidades públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras, em assuntos relativos aos fins sociais;
- i) Divulgar, debater e promover o mercado de capitais ou a economia de mercado em sentido amplo junto a empresas não associadas e ao público em geral, que poderão participar de eventos, cursos, seminários e de outras atividades promovidas pela Associação;
- j) Estabelecer convênios com outras entidades sem fins lucrativos para a realização de atividades que visem alcançar os objetivos da Associação; e
- k) Colocar à disposição de outras entidades sem fins lucrativos, os serviços prestados nas suas finalidades institucionais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A ABRASCA adota as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, adaptadas aos dispositivos legais e regulamentares, aplicáveis às associações civis sem finalidade de lucro.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas segundo as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei no. 6.404/76).

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

3.1. Regime de apuração do resultado

A associação utiliza o regime de competência dos exercícios para registro de suas operações.

3.2. Ativos e passivos circulantes

Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos, os encargos e variações monetárias até a data do balanço.

3.3. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são calculados com base na taxa efetiva de aplicação e registrados em conta de receitas financeiras.

3.4. Permanente

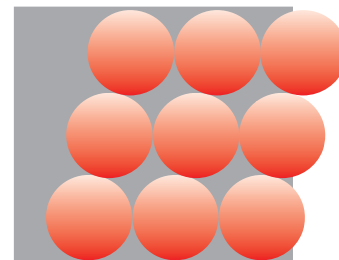
Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, sendo ainda o imobilizado depreciado pelo método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens (nota 6).

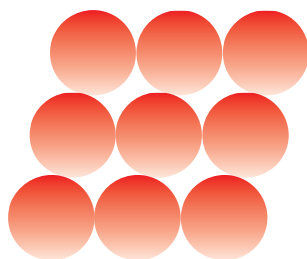
4. CAIXA E BANCOS

	2005	2004
■ Bradesco S.A. - Rio de Janeiro	63.768	9.113
■ Banco do Brasil - São Paulo	469	285
■ Bradesco S.A. - São Paulo	292	959
■ SAFRA - Rio de Janeiro		748
	<u>64.529</u>	<u>11.105</u>

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2005	2004
Fundos de aplicação financeira		
■ Safra S.A.	199.439	133.171
■ Concórdia	163.088	88.261
■ Sudameris do Brasil S.A.	17.172	14.849
■ Bradesco S.A. - São Paulo	14.876	15.864
■ Bradesco S.A. - Rio de Janeiro	<u>1.778</u>	<u>1.101</u>
	<u>396.353</u>	<u>253.246</u>



**6. IMOBILIZADO**

	Taxa anual de depreciação	2005				2004
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Total		
■ Máquinas e equipamentos	10%	51.584	(39.899)	11.685		13.216
■ Computadores e acessórios	10% e 20%	125.236	(107.139)	18.097		10.252
■ Móveis e utensílios	10%	13.423	(11.466)	1.957		2.391
■ Software	20%	3.933	(2.194)	1.739		606
■ Instalações	10%	8.507	(7.926)	581		718
■ Direito de uso de telefone		16.304		16.304		3.000
		218.987	(168.624)	50.363		30.183
■ Provisão para perdas - telefone		(13.304)		(13.304)		
		<u>205.683</u>	<u>(168.624)</u>	<u>37.059</u>		<u>30.183</u>

7. CURSOS

- Cursos administrados para a Fundação Getulio Vargas

	2005	2004
Receitas		113.752
Despesas		(87.912)
		<u>25.840</u>

As receitas e despesas relacionadas com a realização desses eventos são controladas em conta do passivo, até a data de conclusão dos mesmos, quando ocorre a liquidação financeira. Como em 2003 ocorreu o encerramento do Convênio com a FGV, o saldo dos cursos reverteu para a ABRASCA.

- Atividades especiais

	2005	2004
Receitas	496.563	524.762
Despesas	(323.362)	(541.680)
	<u>173.201</u>	<u>(16.918)</u>

A partir do exercício de 2004 as receitas como as despesas dos eventos passaram a ser controladas em conta de passivo.

8. CONTRIBUIÇÕES A APROPRIAR

	2005	2004
■ Contribuições a apropriar	150.854	140.275
	<u>150.854</u>	<u>140.275</u>

Registra as contribuições dos associados a apropriar recebidas antecipadamente, correspondentes à trimestralidade, semestralidade e anualidade, que são transferidas para o resultado de acordo com o período de competência.

9. RECEITAS ORDINÁRIAS

	2005	2004
■ Contribuições dos associados	1.025.467	925.184
■ Outras contribuições	72.565	183.260
	<u>1.098.032</u>	<u>1.108.444</u>

Registra as contribuições dos associados referentes a mensalidades, cursos, eventos, seminários e outras atividades promovidas pela Associação.

10. COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

Registra os gastos com prestação de serviços para o planejamento, organização, execução e coordenação da Associação no montante de R\$ 230.364 (R\$ 221.949 em 2004).

11. ASSESSORIA

Registra os gastos com assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação no montante de R\$ 96.626 (R\$ 89.972 em 2004).

12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2005	2004
■ Assessoria tributária	(14.042)	(19.286)
■ Assessoria jurídica	(29.160)	(29.160)
■ Assessoria CRSFN	(34.160)	(43.363)
■ Coordenação de eventos	(14.999)	(14.950)
■ Processamento de dados	(21.795)	(29.524)
■ Outros	(5.959)	(6.826)
	<u>(120.115)</u>	<u>(143.109)</u>

Registram os gastos com assessorias, coordenação de eventos, processamento de dados e demais despesas inerentes à administração da Associação.

13. OUTRAS DESPESAS GERAIS

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
■ Almoço e reuniões	(14.334)	(15.767)
■ Manutenção e conservação	(13.951)	(10.597)
■ Luz e água	(9.183)	(9.430)
■ Despesas com associações	(8.703)	(10.762)
■ Serviços gráficos	(7.867)	(3.590)
■ Material de escritório	(6.086)	(8.291)
■ Transporte	(4.471)	(1.366)
■ Material de limpeza	(3.297)	(1.550)
■ Livros, jornais e revistas	(2.744)	(2.751)
■ Copa e cozinha	(2.478)	(2.311)
■ Cópias e reproduções	(1.596)	(781)
■ Serviços de entrega	(919)	(1.462)
■ Aluguel de equipamentos	(105)	
■ Representações	(34)	(62)
■ Anúncios e publicações		(1.771)
■ Taxas diversas		(73)
■ Outros	(3.000)	(2.348)
	<u>(78.768)</u>	<u>(72.912)</u>



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e associados
ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas

1. Examinamos os balanços patrimoniais da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas, em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam; (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas, em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio social e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2006.

Luiz Carlos de Carvalho – Sócio-Contador – CRC 1SP197193/0-6 “S” RJ
BDO Trevisan Auditores Independentes – CRC 2SP013439/0-5 “S” RJ

